



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

| COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA | | |
|---|-------------------|-------------------|
| EVENTO: Audiência Pública | Nº: 0780/13 | DATA: 27/05/2013 |
| INÍCIO: 10h15min | TÉRMINO: 12h31min | DURAÇÃO: 02h16min |
| TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h16min | PÁGINAS: 49 | QUARTOS: 28 |

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

MARCELINO GRANJA DE MENEZES – Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia de Pernambuco.
IVAN MORAES FILHO – Membro do Centro de Cultura Luiz Freitas.
LUIZ CARLOS GURGEL – Diretor-Executivo da *TV Jornal*.
PAULA DE ANDRADE – Integrante do coletivo político-profissional SOS Corpo e do Fórum de Mulheres de Pernambuco.
ÉLCIO GUIMARÃES – Secretário de Comunicação da Prefeitura de Olinda, Estado de Pernambuco.

SUMÁRIO: Debate sobre as formas de financiamento de mídias alternativas.

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados em breves intervenções.
Houve intervenção fora do microfone. Ininteligível.
Grafia não confirmada: Ruget.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Campos) - Bom dia a todos.

Na qualidade de Presidente da Subcomissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que estuda a forma de financiamento de mídias alternativas, declaro aberta a presente audiência pública, solicitada e aprovada por esta Casa do Congresso Nacional, de autoria da eminente Deputada Luciana Santos, do PCdoB, brilhante componente da Comissão, atuante, ex-Prefeita, ex-Deputada Estadual.

Convidamos para participar da Mesa e iniciar o nosso debate, de acordo com o Regimento Interno, os dois convidados: Sr. Marcelino Granja de Menezes, digníssimo Secretário de Ciência e Tecnologia de Pernambuco e o Sr. Ivan Moraes Filho, membro do Centro de Cultura Luiz Freire. *(Palmas.)* A nossa companheira já está compondo a Mesa conosco.

Antes de darmos início aos trabalhos, esclareço que cada palestrante terá 20 minutos para a exposição. Ao final de todas as apresentações, está reservado o tempo de 30 minutos para o debate, aberto ao público em geral, que poderá dirigir as suas perguntas à Mesa, de forma verbal, ou por escrito, em formulário que se encontra à disposição na recepção do evento.

Feito isso, passamos a palavra, em primeiro lugar, à eminente Relatora, Deputada Luciana Santos, para sua apresentação. *(Pausa.)*

Obrigado pela consideração.

Agora, passo ao primeiro debatedor, o Sr. Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco, Dr. Marcelino Granja de Menezes, para sua exposição, por 20 minutos.

O SR. MARCELINO GRANJA DE MENEZES - Bom dia a todos e a todas. Acho que a Câmara dos Deputados, através da Deputada Luciana Santos e do Deputado Júlio, tem a iniciativa de um assunto estratégico para o desenvolvimento do Brasil, obviamente neste momento em que o Brasil, em minha opinião, abre uma discussão mais ampla e séria sobre os caminhos do desenvolvimento.

Acho que politicamente já superamos aquela fase anterior, das décadas de 80 e 90, em que a discussão era como impedir o crescimento do País. Hoje, há praticamente uma espécie de um consenso político tácito de que o Brasil precisa crescer, de que a economia precisa crescer. O debate foca-se mais nos aspectos



relacionados à natureza desse crescimento, portanto, aos problemas de desenvolvimento, em como transformar o nosso País em uma nação soberana, democrática, na qual as classes trabalhadoras sejam as principais beneficiárias das grandes riquezas que o Brasil tem. Acho que esse é o grande debate que se inicia a partir da vitória do Presidente Lula. Hoje, com a Presidenta Dilma, ele tem um contorno mais definido e mais agudo, sob certos aspectos, em vista da aproximação da sucessão presidencial.

O problema democrático no Brasil acompanha o País desde o seu nascedouro, desde os primeiros movimentos para transformar o nosso País em uma nação independente, soberana. É a questão nacional, por um lado, e a questão social, a inclusão social de massas de excluídos, como eram os escravos no passado e como são hoje setores expressivos da grande maioria da classe trabalhadora. E a questão democrática acompanha, vamos dizer assim, a tríade em torno da qual se assenta todo o debate sobre os caminhos do Brasil.

Aqui vocês verão, com certeza, que faremos com mais propriedade a discussão sobre os aspectos mais concretos do dia a dia da luta pela democratização dos meios de comunicação, em especial, sobre uma vertente dela, que é garantir financiamento para um conjunto enorme de meios, de mídias, de movimentos que têm seus canais próprios e que expressam, ao seu modo, a diversidade das visões culturais, políticas e ideológicas do povo brasileiro.

Com muito mais propriedade, portanto, falarão o Ivan e a Deputada Luciana Santos, que são guerreiros nessa frente, mas eu levantaria — Ivan, Deputado Júlio e querida Luciana — apenas um aspecto dessa luta que, em minha opinião, é central e que seria aqui a minha contribuição para esse debate.

É muito importante e é fundamental que nós, no dia a dia da luta — e também os demais Deputados, quem é parlamentar ou gestor à frente de um órgão ou de outro, ou que esteja participando de instrumentos de poder decisório do Estado brasileiro —, juntamente com o movimento social e a pressão e a mobilização das entidades, busquemos construir os edifícios. Quer dizer, refiro-me às questões chamadas táticas, a luta que precisa ser travada agora, o que pode ser feito agora, o que pode ser melhorado agora. Isso é muito importante.



Daí a luta para diversificar a ação pública e estatal de financiamento ou de promoção da veiculação da sua propaganda institucional ser uma questão importante, dentre outras e outras medidas que já são inclusive objeto não só da pauta do movimento pela democratização dos meios de comunicação, mas de iniciativas governamentais nos diversos níveis, diversas esferas. Por exemplo, aqui no Estado de Pernambuco, pautada inclusive por iniciativa da companheira Luciana Santos enquanto Secretária de Ciência e Tecnologia, abriu-se uma frente com o Governo do Estado de Pernambuco — hoje já parcialmente vitoriosa.

Eu estava exatamente falando da frente quando chega aqui o nosso companheiro, Vice-Presidente da EPC — e está presente também Rogê, que é diretor da EPC —, Empresa Pernambuco de Comunicação. Então, essa é mais uma contribuição que o Estado de Pernambuco e outros vêm dando no dia a dia.

No entanto, na minha opinião, companheiros e companheiras, se não tivermos uma visão mais estratégica, um plano mais geral sobre o que queremos com a democratização dos meios de comunicação, um conjunto enorme de iniciativas da população, do povo organizado em seus fóruns e até pelas ações governamentais de governos progressistas sinceramente empenhados em fazer nesse terreno a democracia brasileira avançar, na minha opinião, na minha modesta opinião, não lograrão o êxito necessário.

Eu acho que também nesse terreno da democratização da mídia, dos meios de comunicação, é necessário termos uma visão estratégica da luta por um novo projeto nacional de desenvolvimento que deva ter como estratégia um novo ciclo civilizacional, um novo passo civilizacional, dar um novo salto no estágio civilizacional que o Brasil vive hoje.

E esse novo projeto nacional de desenvolvimento vai se delineando, fica evidente que são questões estratégicas para afirmação desse projeto, que tem basicamente como pilares centrais a afirmação soberana do Brasil no conserto mundial das nações, por um lado; integração especialmente com a América Latina, por outro; combate às desigualdades sociais e intrarregionais — coisas que já vêm, na prática, sendo fruto de esforços ingentes do Governo Lula e do Governo Dilma.

Segunda-feira da semana passada, a Presidenta Dilma esteve aqui lançando ao mar o Navio Zumbi dos Palmares — e não foi por acaso, inclusive, a escolha do



nome. E não por acaso também que os dois primeiros navios que caracterizam a retomada da indústria naval brasileira tenham o nome de João Cândido e Zumbi.

São os sinais políticos e culturais do novo tempo que se vive aqui no País, de retomada, inclusive, de um setor estratégico da indústria.

O outro pilar é o da democratização da sociedade brasileira, com reformas de caráter econômico e social estratégicas, como a reforma agrária, que tem caráter econômico e democrático; a reforma tributária, que tem caráter econômico e democrático; a reforma do sistema político eleitoral, que, se não impedir, pelo menos diminuirá drasticamente o poder do dinheiro nas eleições, já que as eleições no Brasil são centradas no voto das pessoas — e aí as pessoas são como elas são, e não as instituições e os partidos, portanto, as pessoas ao serem votadas e fazerem campanha individualmente fazem o que der na telha para arranjar dinheiro para resolver suas campanhas eleitorais, em geral; vários deles assim o fazem, como nós sabemos —; e a reforma dos meios de comunicação.

Então, esses são os pilares centrais desse projeto nacional de desenvolvimento: soberania, integração com a América Latina, democracia, mais democracia e combate às desigualdades sociais intrarregionais.

Eu acho, companheira Deputada, que nós deveríamos incorporar a essa dimensão democrática da luta por um novo projeto nacional de desenvolvimento a batalha para que ele seja a expressão de uma unidade do povo brasileiro em torno de um projeto civilizacional, de uma melhoria na vida não só econômica e social, mas também cultural e das relações entre as classes, entre as pessoas, relações sociais e, enfim, relações civilizatórias na sociedade brasileira. No caso dos meios de comunicação, da democratização dos meios de comunicação, devemos incorporar isso como parte desse projeto nacional.

Do ponto de vista prático, na minha opinião, pelo que eu vejo e pelo que tenho ouvido nas discussões para formação, por exemplo, da Empresa Pernambuco de Comunicação aqui no nosso Estado, contribuindo para essa luta de todos nós, acho que não lograremos muito êxito se não tivermos em vista a necessidade de um sistema nacional poderoso público de comunicação de rádio e, especialmente, de televisão.



A minha opinião é que os Estados não têm condições para desenvolver meios que façam a concorrência de fato e de direito com esses grandes meios de comunicação que hoje monopolizam a mídia brasileira. Os Estados podem contribuir muito, podem ajudar muito, mas como parte integrada de um projeto nacional.

Então, o primeiro aspecto que levanto, do ponto de vista prático, é este: a necessidade de termos um sistema público nacional de rádio e TV. E, no caso de televisão, o caso é tão sério que — e todos vocês aqui sabem disso — mesmo os grupos do capital, os grupos regionais da burguesia brasileira não têm força para terem veículos próprios fortes, a não ser associados a um veículo nacional, a uma rede nacional.

Essa é a realidade concreta do desenvolvimento das forças produtivas nesse terreno e dos altos custos, pela necessidade de padrão tecnológico elevadíssimo que impõe obrigatoriamente, necessariamente, instrumentos nacionais de veiculação.

Quanto à produção, a própria lei e a própria luta para democratização dos meios de comunicação vão criando as condições para garantir que as expressões regionais e locais ganhem corpo na grade de programação de qualquer veículo. Mas não dá para não termos, não dá para não lutarmos — e acho que faz parte desse projeto — para termos um poderoso sistema nacional, especialmente de televisão, para se contrapor ao que está aí posto.

A segunda dimensão é política-ideológica-cultural. É preciso incorporar a esses instrumentos um mínimo de consenso, um mínimo de entendimento político e social entre o conjunto da Nação brasileira a respeito de um conjunto de ideias que sejam valores do povo brasileiro, valores elevados e humanísticos do povo brasileiro, enfim, valores que sejam a alma do povo brasileiro.

Quem anda na França sabe o poder que a televisão pública francesa tem lá. Sabe disso. E quem assiste, mesmo que não entenda francês, meia hora de um programa francês sabe claramente que aquela rede ali está expressando a alma do povo francês. A França só tem 60 milhões de habitantes, em meio a 7 bilhões de habitantes no globo, mas todo mundo sabe da força cultural que a França tem. E isso não é à toa. Há uma espécie de consenso social e político construído, expressos, inclusive, nos seus meios estatais, especialmente na TV pública, que é



meio estatal, meio pública. Enfim, essa é uma discussão que há entre nós e que é muito forte. Mas que seja pública. É importante que seja pública e não propriamente estatal e chapa branca.

Citei o exemplo da França, mas, em geral, os países europeus fortes têm grandes sistemas públicos fortes ou, quando não são públicos, são privados, mas associados ao projeto de nação daquele país e da inserção dele no mundo.

Agora, ao abriremos nossos canais de televisão, companheiros, todo santo dia, e sermos bombardeados por uma grade que ocupa horas de filmes, de programas e de propagandas de defesa explícita do terrorismo de Estado. Todos os dias têm filmes de ação americanos fazendo propaganda da CIA. E nós achamos que isso é uma coisa normal, que isso é uma coisa comum?... Uma coisa indignante dessa?...

E digo isso porque todo dia algum programa de televisão faz a defesa explícita do terrorismo de Estado praticado pela CIA, que é um órgão do Estado Americano. É só ligar a televisão e ver qual é a natureza do programa. E achar que isso não tem implicações sobre a formação da consciência social do povo brasileiro, da nossa juventude, dos nossos trabalhadores...

Então, o problema não é só dinheiro e meios poderosos para essa contraposição, mas também devemos ter valores, ideias. Caso contrário, o dinheiro vai reforçar o quê? Sinceramente, é bem provável que esse conjunto enorme de rádios comunitárias, TVs comunitárias, etc., irão reproduzir esse conteúdo, esse lixo cultural ou mesmo essa veiculação de ideias simplesmente criminosas, como, por exemplo, os filmes americanos que passam todo dia na nossa televisão defendendo o terrorismo de Estado praticado pela CIA. E aqui achamos que é normal... Aliás, nós aqui contestamos. Mas, enfim, não há expressão nacional de combate.

Então, não é só o problema de dinheiro e meios. O problema de dinheiro e meios, eu acho, importantíssimo. E é importantíssima, Luciana, a luta de guerrilha que você e todo movimento fazem hoje pela verba de publicidade, pela criação de uma empresa pública. Mas isso não resolve o problema, porque é um nível de enfrentamento que só pode ser resolvido em escala da luta de classe — e nacional. Isto é, nós temos de ter como objetivo, Ivan, a luta para termos um sistema público nacional integrado. O Estado de Pernambuco, por exemplo, não tem como fazer uma TV que concorra com as atuais redes. É grana demais! É tanto que as classes



dominantes aqui na Bahia, no Rio Grande do Sul e em todo canto têm TVs locais, mas que nada têm de locais, pois são parte do mesmo sistema nacional.

Do ponto de vista do conteúdo, quero dizer que são os nossos valores. Valores são mais complexos. Ninguém pode ser dono da verdade. Eu estou aqui expressando minha opinião, mas outros podem achar muito bonitos os filmes de ação americanos. Aliás, os filmes de ação americanos são fantásticos; e por serem fantásticos na forma terminam por transmitir conteúdos que são esses, ou seja, todo dia vemos um filme de propaganda da CIA ensinando como se mata dirigente político... Que civilização nós estamos construindo, companheiros e companheiras? Que mundo subjetivo estamos ajudando a construir no universo de milhões e milhões de brasileiros e brasileiros que todo dia interagem e que vão formando sua consciência social?

Há, também, todo um conjunto enorme de propaganda degradante em relação à condição feminina e, recentemente, essa avalanche de pressão para um retrocesso civilizatório, porque o Brasil já tinha alcançado padrões de fazer inveja ao resto do mundo em relação, por exemplo, à divisão entre política e religião. Agora, a pauta religiosa de grupos interessados, na verdade, a serviço de determinados setores do capital, para impedir que haja um avanço civilizacional na consciência social do povo brasileiro, voltam com essa mistura de religião com política para pautar os dirigentes políticos, para impedir que os dirigentes políticos possam exercer com liberdade suas opiniões.

A plena liberdade de religião no Brasil foi conquistada na Constituição de 1946. Depois disso, foi praticada. E o Brasil avançou e deu uma contribuição civilizacional ao resto da humanidade, no entendimento do que é Nação, do que é povo, do que é Estado.

Os países da América Latina, esses novos povos, como Darcy Ribeiro disse, deram uma enorme contribuição para o resto da humanidade. A separação entre Estado, Nação, povo — e, dentro do povo, suas diversas manifestações — foi uma conquista civilizatória do povo brasileiro. Agora, vem um movimento no contrafluxo para um retrocesso civilizacional para impedir que o Brasil cultue aquilo que foi um dos seus maiores valores, qual seja a tolerância. Refiro-me ao caso dessa mistura, por exemplo, de religião com política, coisa que já havíamos superado quando a



bancada do Partido Comunista do Brasil afirmou a liberdade religiosa na Constituinte de 1946, por iniciativa de um Deputado Federal da Bahia nada insignificante, um cidadão baiano chamado Jorge Amado. Foi uma emenda parlamentar dele aprovada na Constituinte de 1946.

Essa questão de valores é importante porque a pauta pelo desenvolvimento nacional exige grande paciência para costurarmos alianças, consensos e nos firmamos com uma proposta de um país civilizado. E um país civilizado não aceita mistura de religião com Estado e com política; um país civilizado não aceita preconceito sectário de nenhuma espécie — religioso, ético ou sexual —; um país civilizado não aceita a defesa do terrorismo de Estado por propaganda de um órgão de Estado, como a CIA, sendo vinculada todo dia; um país civilizado precisa de democracia, e democracia de verdade. Uma democracia popular tem que ter as classes populares, as classes trabalhadoras como as principais protagonistas da expressão política, social e cultural da alma do povo brasileiro, já que são a maioria e constroem esta Nação.

Então, levanto essas questões de ordem geral.

Como disse, eu não iria contribuir aqui mais do que os outros, apenas quis levantar a minha opinião acerca dessas questões do ponto de vista prático. Ou seja, a luta pela democracia dos meios de comunicação passa, necessariamente, por tentar fortalecer um sistema nacional e poderoso de comunicação que integre o conjunto dos outros meios.

Obviamente, a Deputada vai falar disso, isso tem vinculação com a democratização da propriedade. O que foi feito na Argentina é um bom exemplo dessa luta para evitar a mídia monopolizada por um só setor, que tem rádio, televisão, jornal, *blog*, tudo ao mesmo tempo, criando dificuldades para a expressão democrática das diversas outras correntes, dos diversos outros pensamentos, culturais, políticos, ideológicos, religiosos, sociais e até mesmo individuais, porque, hoje, permitem-se mídias de uma pessoa só, sua própria opinião, no atual desenvolvimento das forças produtivas.

Era isso.

Do ponto de vista de Pernambuco, estamos na luta para fazer a nossa Empresa Pernambuco de Comunicação. Não é uma luta fácil, é uma luta difícilíssima,



porque achar o lugar político nesse ambiente envolve a luta do dia a dia, um esforço de guerrilha para ela avançar, na medida de nossas possibilidades. Ao mesmo tempo, ela precisa de um aporte, de um movimento nacional que vise, estrategicamente, a criar outro padrão de sistema de comunicação no Brasil. Algumas nações civilizadas e avançadas que deram passos à frente do nosso País já nos dão exemplo, como o sistema em Portugal, na França, na Itália; países capitalistas, alguns até imperialistas, que lograram êxito de conquistas nesse terreno. Isso não foi dádiva das classes dominantes, foi o resultado da luta popular e democrática que envolveu esses países que construíram um consenso político e que foram capazes de adotar um modelo institucional bem mais avançado do que o nosso, que ainda tem muita coisa a ser feita.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Campos) - Queremos cumprimentar o eminente Secretário Marcelino Granja de Menezes pela sua palestra.

Agora, concedemos a palavra ao segundo debatedor, o Sr. Ivan Moraes Filho, membro do Centro de Cultura Luiz Freire, que também terá 20 minutos para a sua exposição.

O SR. IVAN MORAES FILHO - Bom dia, Deputado, Deputada, Secretário. É um prazer estar aqui.

Como o próprio Deputado disse, eu trabalho no Centro de Cultura Luiz Freire, ONG de 40 anos de idade que tem lutado pelos direitos humanos desde o tempo da ditadura. Estou lá há 10 anos trabalhando principalmente dentro da perspectiva do direito à comunicação.

Vou aproveitar que Marcelino apresentou uma visão macro do problema e me permitir ser bastante pragmático, como normalmente não sou — e acho que ficou muito boa essa dobradinha.

Primeiro, a partir de meu próprio lugar de fala, quero dizer que trabalho no Centro de Cultura Luiz Freire há 10 anos, mas, desde 2007, estou envolvido no Programa Pé na Rua. Talvez alguns dos senhores já tenham assistido a algo desse programa de televisão que começamos a tentar produzir em 2007, ano em que fizemos o piloto.



Durante muito tempo fomos de TV em TV saber se esse programa poderia ser exibido. Trata-se de um programa que mostra, principalmente, os segmentos normalmente excluídos dos meios de comunicação. Levamos muito “não”. O “sim” que levamos era muito emblemático, pois era assim: “*A gente quer comprar o programa de vocês e fazer o que a gente quiser com ele; ou a gente quer contratar vocês para serem funcionários, e aí vocês entram na linha editorial da gente*”. Aí nós dissemos: “*Não! Não é isso que a gente quer*”. Continuamos tentando botar o programa no ar. Dois anos depois, em 2009, fomos contemplados com o edital do audiovisual de Pernambuco e conseguimos fazer um programa para ser exibido na TV pública, naquele momento na *TV Universitária*. Hoje, alguns anos depois, o programa continua no ar, tanto na *TV Universitária* quanto na *TV Pernambuco*, como também está no Canal Capibaribe. Também estamos tentando colocá-lo na *TV Câmara* e em qualquer outra emissora pública do País que estiver interessada, pois o programa já está pago, está sendo feito, então é só pedir que mandaremos.

Esse programa enfrenta uma série de dificuldades no campo da sustentabilidade. A primeira é que dependemos de fundo público. E por que dependemos de fundo público? Primeiro, porque a iniciativa privada não está necessariamente interessada naquele conteúdo que temos para mostrar. E não é necessariamente porque o programa teria uma pequena audiência, porque em toda pesquisa qualitativa que fazemos o programa é muito bem avaliado.

Mas sabemos que é muito complicado para um *shopping center*, por exemplo, apoiar um programa que no outro dia bota o microfone na frente do *shopping* e permite que as pessoas reclamem de um muro que foi colocado pelo *shopping* para isolar uma comunidade vizinha. Também é muito complicado o estaleiro que está muito contente com o navio bonito, que está no mar, financiar um programa que há 1 mês foi ao Suape e disponibilizou o microfone às pessoas, para que falassem o que quisessem. E o que as pessoas queriam falar é que era um absurdo que a draga que funciona na frente do estaleiro esteja acabando com a vida marinha no local.

Portanto, é um programa que só acontece a partir de fundos públicos ou do que poderia ser a iniciativa direta das pessoas que pagam, como tem sido utilizado recentemente, o *crowdfunding*, o *crowdsourcing*, essas coisas. Mas para a televisão



o *crowdfunding* ainda é uma realidade muito difícil. Os senhores imaginem que, para o Programa Pé na Rua, que é um programa simples e barato para a televisão, o custo seria de 500 mil reais, se ele não precisasse parar em hora alguma. Quer dizer, para a televisão é pouco, mas para qualquer organização social é um bocado de dinheiro.

Então, resta-nos acreditar, já que a comunicação é um direito humano e já que estamos procurando exercer esse direito através do meio que escolhemos, que é a televisão — porque acreditamos ser esse um meio que ainda chega a muita gente, e é importante que consideremos isso —, que o poder público tem a obrigação de financiar não só um programa como o Pé na Rua, mas outras iniciativas. E sabemos que existem milhares de iniciativas no Brasil todo de rádio, de televisão, de jornal, de mural, de Internet, de *blog*, do que quer que seja, de pessoas, organizações ou pequenas empresas que gostariam de fazer uma comunicação diferença.

Ah, Ivan, mas você quer que o Governo gaste mais dinheiro com isso? Essa é uma pergunta que os Deputados e as Deputadas vão ouvir a vida inteira. Você quer que o Governo gaste mais dinheiro para que outras pessoas possam se comunicar?

Não, eu gostaria que o Governo continuasse gastando o mesmo dinheiro que gasta com comunicação, só que, em vez de pagar para a mídia comercial fazer o que sempre fez, pegasse o mesmo dinheiro para fazer com que outras entidades, outros sujeitos, outras vozes possam ser ouvidas.

Para termos uma ideia — posso estar enganado, por vi esse número faz tempo —, o Orçamento do Governo Federal para a mídia é um par de bilhões de reais, talvez três bilhões de reais. O Governo Estadual, até onde a gente conseguiu descobrir, por ano, gasta 50, 60 milhões de reais. E uma parcela significativa desse dinheiro vai para as mesmas empresas. A *Globo*, por exemplo, chega a receber 40% a 45% do dinheiro da publicidade nacional.

Então, eu não quero outro dinheiro! Eu só gostaria que o poder público compreendesse que existe uma demanda de vozes muito grande e que não é papel do poder público exclusivamente financiar as mesmas empresas que colaboram e que fazem parte do oligopólio da comunicação no Brasil.



Continuando a fala pragmática, acho que algumas questões a gente precisa resolver, até para que o relatório desta Subcomissão possa ser o mais eficiente possível. A primeira questão é a definição.

Eu gostaria de me dar a ousadia de pedir que, no relatório de vocês, em vez de se colocar a expressão “comunicação alternativa”, como vem sendo utilizada, que pudéssemos utilizar uma outra terminologia. A gente gosta de trabalhar com as expressões “meios de comunicação independentes, comunitários e populares”. E por quê? Porque “alternativo” é só o que é diferente. Então, se hoje eu tenho uma concessão de rádio, se eu possuo uma concessão de televisão e resolvo fazer qualquer coisa diferente, seja um formato novo, seja uma segmentação específica; eu poderia, em tese, autodenominar-me de veículo alternativo. Se é uma rádio que só toca brega, é alternativa; se é uma televisão que só vai vender cavalo, é alternativa, porque só vende cavalo, enquanto as outras televisões não vendem cavalo.

Então, a gente precisa definir sobre o que a gente está falando para pedir mais financiamento. A gente não pode ser tão amplo, tão vago.

E a definição da 1ª Conferência Nacional de Comunicação para a mídia independente foi muito feliz. Quero lembrá-los, até porque está sendo gravada esta reunião. Mas acho que a Conferência foi muito feliz quando definiu o sujeito que realmente está procurando esse financiamento do poder público.

O que se chama de “produção independente” é mais do que “meios independentes”, porque a produção independente pode ser veiculada, por exemplo, nas TVs públicas, porque não são elas necessariamente parte do sistema alternativo. A TV pública não pode ser alternativa; a TV pública precisa estar de igual para igual na correlação de forças.

Portanto, as produções independentes podem sim ser veiculadas na TV pública ou em outras TVs, na TV comunitária e até nas TVs estatais, por exemplo.

E o que seria produção independente? É aquela produzida por organizações sociais ou micro e pequenas empresas que não têm participação acionária ou societária de acionistas ou sócios de emissoras e transmissoras de conteúdo audiovisual e radiofônico, salvo as comunitárias. Ou seja, são as pequenas e microempresas, organizações da sociedade civil, sindicatos, fundações acadêmicas



que não tenham entre seus controladores sócios — ou que a própria entidade tenha relação societária — que tenham a tarefa de distribuir comunicação, que são os licenciados e concessionários de rádio e televisão.

Tudo o que eu falar agora, todas as sugestões que eu vou dar agora é de financiamento para esse segmento específico. Não seria financiamento para emissora pública, por exemplo, mas para aqueles grupos, entidades produtoras, sindicatos, grupos de jovens e associações que pretendem produzir também para ser veiculado na TV pública e na rádio pública.

Nada do que eu estou dizendo aqui é novidade. Quase tudo do que eu disse já foi falado em outros seminários, em outros debates. Quase tudo também já foi discutido na própria 1ª CONFECOM, que eu tenho certeza que é objeto de estudo desta Subcomissão.

A Lei Rouanet, por exemplo, que tem sido um dos principais mecanismos de financiamento da cultura nacional, para nós que, principalmente, produzimos localmente informação, pretendemos produzir informação, está devendo muito.

Primeiro, porque, por mais que haja cota de fomento regional, a decisão final sobre o financiamento é do mercado, não é do poder público nem da sociedade. Então, um programa como o *Pé na Rua*, que foi aprovado, no ano passado, com 1,2 milhão de reais para captar, ou seja, que poderia manter o programa no ar durante quase 3 anos, nós vamos bater numa empresa — empresa maior —, que diz assim: *“Bicho, para essa verba de captação que você tem, essa lei, foi aprovado você e foi aprovado o DVD de Maria Bethânia; foi aprovado você e foi aprovado o novo lançamento de humor da Globo Filmes, o Se Eu Fosse Você, 342. É rigorosamente o mesmo orçamento que nós discutimos. Então eu vou dar para você, um maloqueiro que vai para o interior de Pernambuco, distribuindo microfone, para veicular numa TV pública que nem tem infraestrutura para chegar ao Estado todo, para pegar bem na TV de todo mundo, ou, eu vou botar num produto de cinema, que será lançado em não sei quantas salas de cinema, que vai ocupar metade de todas as salas de cinema do Brasil durante um final de semana, que vai para o Faustão, que vai para o Jô Soares”. É o mesmo recurso que nós disputamos.*



E outra, a Lei Rouanet não permite o jornalismo propriamente dito. Então, nosso programa foi aprovado porque não é rigorosamente um programa jornalístico, ele passa por um programa cultural. Mas a Lei Rouanet não dá conta de jornalismo.

Outros fundos públicos que poderiam ser acessados, como o FUST, por exemplo. O FUST é um fundo histórico da universalização das telecomunicações do qual nunca foi gasto um centavo com nada. É um fundo que já tem mais de 10 anos. Os Deputados poderiam dizer a quantidade de dinheiro que tem lá. Alguns bilhões. Foi a última vez que procurei saber, e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Campos) - Doze bilhões.

O SR. IVAN MORAES FILHO - Jamais foi gasto um centavo desse dinheiro. Não é conosco nem com nada. Não foi comprado um telefone daqueles que disca com o dinheiro do FUST, que poderia estar sendo usado para o fomento, por exemplo, de centros produtores de comunicação nas cidades e nos bairros, que poderia disponibilizar equipamento de produção para as comunidades, para os sindicatos, para os grupos de estudantes, enfim, para as associações bairro, para as universidades. Poderia criar infraestrutura para a mídia comunitária de todo o Brasil. Nunca foi gasto um centavo do FUST.

E as telefônicas, ano após ano, crescem o olho, o *lobby* delas é forte, e estão querendo, cada vez mais, utilizar a verba do FUST para a infraestrutura das empresas privadas que hoje prestam o serviço, que nós sabemos como é, de telefonia e de internet.

Então, nós gostaríamos que esse FUST pudesse ser utilizado para o desenvolvimento de meios comunitários independentes de comunicação.

E, finalmente, nós precisamos intervir na regulamentação da publicidade institucional do Estado. Eu não vou tão longe como outros militantes, como, por exemplo, Eugênio Bucci, que foi inclusive Presidente da RADIOBRÁS e um dos precursores da *TV Brasil*. Ele é contra a publicidade institucional de qualquer governo. Ele acha isso errado, porque é a campanha eleitoral que não acaba.

Eu não discordo dele, mas, ao mesmo tempo, não defendo a mesma coisa que ele. Eu acho que a publicidade institucional dos governos não precisa ser proibida, mas precisa ser regulamentada, direcionada por normas. Não pode caber ao gestor definir, da sua cabeça, que vai botar “x” dinheiro nessa empresa, “x”



dinheiro nessa empresa, e “x” dinheiro não vai botar nessa empresa. Porque por debaixo dos critérios técnicos, que são a justificativa padrão, nós sabemos que estão os critérios políticos. Nós que acompanhamos a mídia todos os dias sabemos a diferença que dá no noticiário no momento em que a licitação, por exemplo, da publicidade do Governo é vencida. Vemos que existe um movimento da mídia tradicional, da mídia corporativa, de contra ou a favor de determinados governos a partir do ciclo orçamentário e a partir do recebimento de verbas estatais, que hoje é responsável por uma parcela significativa do rendimento dessas empresas.

E é muito legítimo que nós, enquanto sociedade civil, cobremos que o critério técnico não seja apenas o de quantos olhos e quantos ouvidos eu estou comprando quando pago aquele anúncio naquela emissora, porque o preço de mídia se paga por isso. Quando eu compro um anúncio no Globo, quando eu compro um anúncio no *Jornal do Commercio* ou no SBT, estou comprando olhos e ouvidos ligados àquele canal naquele momento. E o único critério que se leva em conta é o IBOPE, que é medido em São Paulo.

Por exemplo, a emissora *TV Brasil*, há pouco tempo, teve até a legitimidade questionada, pelos números de audiência, e a gente sabe que os números de audiência nacional do IBOPE são medidos através de São Paulo, e a *TV Brasil* não pega em VHS em São Paulo. Então, jamais a *TV Brasil* vai ter um índice de audiência bom. Consequentemente, ela não teria financiamento? O IBOPE, que é uma empresa privada que mede audiência a partir de uma praça — que é São Paulo —, é que vai dizer para onde vai o meu dinheiro na hora de distribuir quem vai falar, quem vai ser pago pelo Estado para produzir e distribuir informação?

Então, precisamos de normas claras, para que o Estado, quando distribui as verbas da publicidade institucional, em vez de comprar ouvidos e olhos, esteja interessado em multiplicar as vozes. Olhos e ouvidos são muito bons — a gente sabe que tem dois ouvidos para ouvir mais do que fala —, mas, se não falarmos, não nos comunicarmos, não pudermos nos expressar, estaremos fadados a sermos ouvidos e olhos.

A questão da mídia pública é fundamental e precisa ser fortalecida. Honestamente, eu não acho que o financiamento direto da mídia pública seja um assunto pertinente especificamente ao trabalho desta Subcomissão, mas é preciso



levar em conta que muitos produtos que o financiamento independente poderia fazer com que existissem, certamente, seriam muito bem-vindos na estrutura de mídia pública que a gente imagina. A gente imagina uma estrutura de mídia pública em que os meios de comunicação sejam a infraestrutura disponível para que a sociedade possa se comunicar.

Então, os meios de comunicação pública são aquelas TVs, aquelas rádios, aqueles espaços públicos em que os grupos diferentes e diversos da sociedade possam produzir os seus produtos e veicular através desses meios.

Nós estamos começando a recolher as assinaturas — começamos em maio — para o projeto de lei de iniciativa popular sobre a comunicação social eletrônica, que a gente vem chamando de Lei da Mídia Democrática. Inclusive, eu já trouxe o abaixo-assinado e espero sair daqui com a assinatura de todos.

É um projeto de lei que vai ao âmago de tudo aquilo que o Marcelino falou no começo. Se se tem uma concessão local, é preciso que se produza localmente. Isso não é apenas uma questão de direito à comunicação, mas vai influenciar diretamente a abertura de um mercado completamente diferente. Por exemplo, é um absurdo que uma pessoa que more no interior, numa cidade como Ouricuri ou Petrolina, queira trabalhar como funcionário do mercado do audiovisual — estou falando do mercado, estou falando de uma coisa extremamente liberal —, mas precise vir a Recife ou ir a São Paulo, porque não tem emprego para trabalhar com o que deseja e não tem a possibilidade de informar sobre coisas locais.

Então, esse projeto de lei da mídia democrática regulamenta a mídia local, para que ela seja local. Ele proíbe, por exemplo, que políticos e igrejas sejam proprietários de concessões de radiodifusão, porque isso não é interessante para a democracia nem para o Estado laico. Esse projeto de lei regulamenta, por exemplo, um fundo que seria mantenedor da comunicação pública, um fundo que tem várias formas de fazer com que o dinheiro chegue à mídia pública e que regulamenta o uso dessa mídia.

Trata-se de um projeto de 11 páginas. Há muitas entidades da sociedade civil que se fazem aqui representar. Todas podem entrar nessa campanha, que já está acontecendo nacionalmente. Se acessar o *site paraexpressaraliberdade.org.br*, você verá o Kit Coleta, que tem a lei completa; tem uma folha de rosto com a lei resumida;



tem o formulário padrão, que você baixa e recolhe as assinaturas. Pode começar pela família, na sala de jantar, pode levar para o colégio, para a escola, para a faculdade, para o grupo de jovens, para o sindicato, para onde quer que você transite e milite. Eu não saio mais de casa sem uma folha de assinaturas na minha mochila, para que eu possa pegar uma assinatura do pessoal aonde eu chegar.

Esse é um projeto de lei de que estamos precisando para enfrentar todas essas questões que o Marcelino falou no começo. A reforma dos meios de comunicação é uma demanda histórica da sociedade. O Governo Fernando Henrique Cardoso não deu conta de fazer essa reforma. O Governo Lula não deu conta de fazer essa reforma, sucumbiu à pressão dos grandes radiodifusores do Brasil. O Governo Lula não teve a coragem que precisou ter naquele momento. Talvez uma das maiores lacunas do Governo Lula foi não ter levado à frente a discussão sobre os meios de comunicação no Brasil. Tanto que no momento em que ele saiu do Governo começou a falar, parecia que ele não tinha sido Presidente; foi Fernando Henrique Cardoso falando sobre a maconha, depois que deixou de ser Presidente, e Lula começando a falar sobre comunicação, depois que deixou de ser Presidente. Eu acho que Dilma, quando acabar o mandato dela, vai começar a falar sobre a liberação do aborto, porque agora ela não quer se meter nessa conversa. Está abraçada lá com os evangélicos da vida. E a gente espera, já que o Governo não fez, que a gente faça. Esse é um projeto de lei de iniciativa popular, como foi o projeto da Ficha Limpa. A gente precisa de apenas de 1,3 milhão de assinaturas para fazer com que esse projeto seja discutido no Congresso, e a gente não conseguiria se a gente não começasse. Começamos. É fundamental que a gente encontre maneiras de viabilizar financeiramente as produções independentes do Brasil, e que sejam realmente independentes. E aí eu acredito honestamente que um filme produzido pela *Globo Filmes*, com a estrutura que uma empresa como a Globo tem, que é louvável, uma estrutura comercial de fazer inveja ao mundo inteiro, não precise realmente bater na porta dos cofres públicos para concorrer com uma produção local, com uma produção de um grupo de jovens, para concorrer com uma produção de uma comunidade rural que pretenda exhibir seus conteúdos dentro de um ambiente local. Essa concorrência é injusta, é desleal, e eles não precisam da



gente para isso. O mercado cuida do mercado; o público deveria cuidar do público.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Campos) - Feitas as falas dos dois debatedores, Dr. Marcelino Granja e o jovem Ivan Moraes, vamos passar a palavra à eminente Relatora, Deputada Luciana Santos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Bom dia a cada um e a cada uma de vocês. Eu quero em primeiro lugar agradecer ao Presidente da Subcomissão, Deputado Júlio Campos, do Mato Grosso, a presença. Ele foi Governador do Mato Grosso e revela um compromisso grande com o debate, porque saiu de Cuiabá, não é tão perto assim daqui, sabendo que hoje à noite nós temos que voltar para a Sessão Extraordinária do Congresso Nacional. Então, agradeço muito, Deputado, pela sua presença e pelo seu compromisso com esse debate, pelo seu envolvimento no sentido de colaborar com um bom relatório desta Subcomissão, que tem esse caráter de tratar de um assunto que é estruturante para o nosso País. Nós não temos como pensar num país democrático sem debater a reforma dos meios de comunicação e do modelo de comunicação brasileiro. E o subfinanciamento, ou das mídias alternativas... E eu concordo já com a colaboração de Ivan Moraes para que a gente otimize, Deputado, esse conceito mais elaborado, porque, desde que criei a Subcomissão, eu sempre disse que a primeira polêmica seria a danada dessa mídia alternativa. E a formulação, Ivan, fruto da Conferência Nacional da Comunicação está correta, é mais precisa, mais apropriada para os objetivos a que queremos chegar sobre o papel desta Subcomissão.

Eu quero também registrar aqui a presença do Prefeito de Sanharó, Fernando. O Ruget(?) já teve sua presença registrada, a do Diretor Administrativo da EBC, a de Marcelo Mário Melo, que é assessor de comunicação da FUNDAJ, que estava entre nós, deve ter saído. Também registro a presença do Secretário de Comunicação da cidade de Olinda, Élcio Guimarães, e o representante da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias — ABRAÇO, que tem representação pernambucana na direção nacional. Não é isso? Não sei se é Flávio ou se é...

(Não identificado) - É o Wagner.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - O Wagner é o diretor? Pronto, Wagner é o diretor nacional. Muito bem, Wagner.



(Não identificado) - Diretor.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - *(Risos)* Não é fraco, não, Wagner.

Cumprimento, enfim, todos os outros companheiros e companheiras que estão neste plenário na manhã de hoje.

Quando tratamos desse debate do financiamento, nós não temos como fugir do debate central na comunicação, que é o monopólio, a concentração que há no País da comunicação. Aliás, esse não é um fato recente da história brasileira. Esse é um fato que marcou toda a estrutura da comunicação brasileira, como uma ferramenta decisiva para fazer valer os interesses diversos e o embate político que marcou a história do povo brasileiro, e não é à toa que posso dizer que esse assunto sempre é um tema até beligerante no Congresso Nacional, não é, Deputado?

Qualquer medida na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática que mexa com alguma estrutura da comunicação brasileira desencadeia uma pressão gigantesca, de modo que não passa uma emenda, por mais simples que se possa pensar. Sempre há uma pressão gigantesca quando há medidas de natureza de menor ou maior potencial. Não se passa nada na Comissão devido à pressão que há no sentido de manter o *status quo*, de manter a estrutura vigente no País.

Então, nós sabemos que a Constituição de 1988 foi um marco muito importante no debate da comunicação brasileira. Ela montou o modelo de um sistema complementar entre privado, estatal e público, e são três artigos principais que tratam do monopólio. Os arts. 220 e 221 tratam da natureza da comunicação, para garantir a liberdade de expressão e impedir não só o que se chama de propriedade cruzada, seja ela horizontal, seja ela vertical, mas também o monopólio da comunicação, porque é uma distorção.

É óbvio que quando se tem o domínio da comunicação, tem-se uma linha editorial e um pensamento único de valores, de conceitos de sociedade, de luta político-ideológica sendo difundidos, permanentemente. Basta mencionar a manipulação gigantesca que há, hoje, nos meios de comunicação. Isso sempre ocorreu na história brasileira e ainda permanece, de modo que, muitas vezes, parece que vivemos num mundo surreal. Existe uma realidade objetiva acontecendo



e outra que aparece nos grandes meios de comunicação, e nós precisamos fazer o enfrentamento disso.

Há um filme chamado *Cidadão Kane*, que revela o grau de manipulação política que sempre houve com os mecanismos de comunicação no Brasil. Eu li, recentemente, o livro de Fernando Morais sobre Chateaubriand, exatamente para aquecer um pouco a memória. É impressionante o papel manipulador que o Chateaubriand tinha na luta política brasileira e como os fatos eram traduzidos de outra maneira, nas manchetes dos jornais. E é contra essas coisas que nós precisamos nos indignar e reagir.

Eu fui Prefeita da cidade de Olinda por 8 anos e senti na pele o que é a manipulação dos meios de comunicação. É uma luta cruel e desigual, afora o significado daquilo que é o mais grave, que é o fato de impedir a manifestação do jeito de ser, o comportamento do povo, a pluralidade de pensamento e as opções que existem na sociedade.

O Brasil é um país plural, diversificado, e, apesar dessa diversidade, o seu povo é uno, o que é um dos seus principais patrimônios. Essa é uma conquista histórica marcante da característica do povo brasileiro. Uma língua só, um povo que, apesar da existência do preconceito racial, do preconceito de opção sexual, da homofobia — tudo isso nós sabemos que existe no País —, não tem o grau de intolerância que nós vemos nos países por aí afora. Essa é uma grande conquista do povo brasileiro. Mas, se não formos vigilantes, não cultivarmos isso, não preservarmos a democracia brasileira e enfrentarmos o combate ao racismo com os mecanismos de comunicação que temos nas mãos, nós podemos resvalar ou nos igualar a muitas situações dos países afora que têm esse grau de beligerância e de tratamento das suas diferenças.

Nós precisamos estar atentos a essas hipóteses e possibilidades. E para isso é preciso fazer o enfrentamento do debate do monopólio da comunicação como sendo uma das questões centrais. Por isso, recentemente, quando da visita do Ministro Paulo Bernardo na Comissão de Ciência e Tecnologia, o Deputado Imbassahy, da Bahia, fez-lhe um questionamento sobre qual seria a decisão do Governo em relação ao marco regulatório da comunicação. E o Ministro Paulo Bernardo disse alto e bom som que o Governo defende o marco regulatório.



Então, eu perguntei ao Ministro o que está faltando para mandar ao Congresso Nacional o marco regulatório da comunicação. É preciso haver um grande debate político, uma grande pressão da sociedade para que haja decisão política no plano federal e até mesmo estadual, para que a gente faça vingar e avançar nessa luta, que é estratégica, que não vai ser imediata, mas que nos permitirá dar passos largos no sentido dessa garantia da democratização.

São etapas em uma luta que nós vamos precisar travar na altura da exigência que ela necessita. Por isso ela não pode ficar reduzida aos segmentos que propriamente lidam com a comunicação: que fazem audiovisual, que têm produção cultural ou que fazem as rádios comunitárias. Essa precisa ser uma luta encarnada pelo conjunto de todas as forças políticas, das forças vivas da sociedade, como sendo um direito básico do cidadão, assim como é a educação e a saúde, e ganhe a dimensão que merece.

Nós não podemos restringir o debate da comunicação a quem faz comunicação. Nós precisamos fazer com que essa bandeira, essa luta política, ganhe a dimensão que merece, que tenha o caráter transversal e seja incorporada pelos movimentos sociais de uma maneira geral — o movimento estudantil, o movimento sindical —, pela importância estratégica que tem para o bem da democracia brasileira e para o bom debate que é preciso acontecer na sociedade.

Eu vou sistematizar o que a gente já conseguiu fazer. Está aqui o Rubinho, que é assessor da liderança do PCdoB, a Cristiana, que é da assessoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, que têm feito um esforço... Fizemos uma audiência pública importante em Brasília e estamos realizando esta aqui agora. Vamos fazer, certamente, mais duas em outros Estados, a depender da própria agenda e demanda que os Parlamentares dos outros Estados vão acrescentar.

Nós temos a Frente Parlamentar em Defesa da Comunicação no Congresso Nacional, que é presidida pela Deputada Luiza Erundina, do PSB de São Paulo, que tem sido uma grande militante dessa causa e decisiva para a gente poder fazer um debate melhor na Comissão de Ciência e Tecnologia. Pela propriedade com que a Deputada Luiza Erundina encampa essa batalha e pela visibilidade política que ela tem como ex-Prefeita de São Paulo, tem um peso político importante no cenário



nacional e na correlação de forças para fazer valer essas ideias. Então, tem sido um exercício importante.

O que a gente está tentando fazer na Subcomissão? Além desse debate de contribuições, com as pessoas que pensam, que formulam a política de comunicação no Brasil, temos como ponto de partida a decisão da Conferência Nacional de Comunicação. Óbvio que o auge do debate da comunicação foi a decisão política do ex-Presidente Lula de realizar a Conferência Nacional. O Franklin Martins chegou, inclusive, a sistematizar, a partir da Conferência Nacional de Comunicação, uma proposição para mandar para o Congresso Nacional. Mas isso ainda não saiu da gaveta do Ministério das Comunicações.

Mas nós chegamos a esse estágio. Existe uma resolução da Conferência Nacional de Comunicação, e nós estamos também sistematizando tudo que existe de iniciativa parlamentar: todos os projetos de lei, todas as proposições que tratam desse assunto de financiamento. Nós estamos sistematizando para colher o que há de melhor em formulação. Também estou fazendo um pedido de informação ao BNDES, um pedido de informação ao Ministério da Cultura, um pedido de informação à Secretária Nacional de Imprensa, Helena Chagas, sobre tudo o que há de financiamento, de recursos para comunicação, para servir de subsídio para o nosso relatório. É claro que nós já temos algumas informações, mas queremos a informação oficial para poder nos basear e democratizar mais esses investimentos.

Nós temos 190 milhões de habitantes, mas o sistema de comunicação está concentrado nas mãos de poucas famílias. Aí está posto no painel como isso se dá.

A família Marinho, com 17 TVs e 20 rádios; a Saad, com 9 TVs e 21 rádios; a Abravanel, 9 TVs, com 3,4% do mercado; a Bloch; a Civita; a Mesquita — inclusive o Roberto morreu ontem e o Ruy Mesquita morreu na semana passada —; a Frias, 14 TVs e 21 rádios; a Anhanguera; a Amazonas; a Jereissati, no Ceará; a Magalhães, na Bahia; o Grupo Universal, do Edir Macedo.

Para vocês terem uma ideia, na representação no Congresso Nacional, a bancada que mais cresceu, da última legislatura para esta, foi a de Deputados evangélicos. Cresceu em 100%.

O poder de fogo que têm as TVs e as rádios nessa confusão que o Marcelino citou entre religião e Estado é reveladora. Na Comissão de Ciência e Tecnologia, há



uma composição muito grande de pastores evangélicos, que não têm afinidade com ciência e tecnologia, com tecnologia da informação, com energia renovável, com biotecnologia ou com inovação. A única identidade que têm lá é a aprovação de concessões de TVs e rádios. Esta é a composição da Comissão de Ciência e Tecnologia: uma composição forte de pastores evangélicos, exatamente porque é lá na Comissão que são aprovadas as concessões. E foi a bancada — a composição social no Congresso Nacional — que mais cresceu na última legislatura. Repito isso: cresceu em 100% a representação.

Aliás, em 1995, foi feito um levantamento: das 302 TVs, 94 pertenciam a grupos políticos. E, de 2.908 rádios, 1.169 pertenciam a grupos políticos no País. Isso já em 1995. Há uma informação curiosa, que eu peguei na revista *Forbes*: João Roberto Marinho, Roberto Irineu e José Roberto, após 9 anos de ausência na lista dos bilionários da *Forbes*, estão de volta. As Organizações Globo faturaram 12,6 bilhões líquidos, em 2012. Poucas empresas brasileiras cresceram tanto. Só de anúncio publicitário, a Globopar obteve 50 milhões de reais. Anúncio de utilidade pública!

É bom chamar atenção também para o fato de que a Globopar, antes, era uma empresa que tinha ramificação em várias outras atividades econômicas. No mercado financeiro, eram donos do Banco ABC Roma. Mas eles deixaram toda essa estrutura de investimentos para concentrar em mídia, entretenimento e comunicação, como sendo um grande negócio.

(Não identificado) - A Agropecuária Roma, lá em Mato Grosso, foi vendida, e todo dinheiro destinado para...

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - É um grande negócio no mundo todo. A indústria de entretenimento de comunicação norte-americana é uma das mais poderosas do mundo, e há concentração dessa atividade na Globopar.

Este era o monopólio de Chateaubriand, quando morreu no início da década de 60: 28 estações de rádio; 12 revistas infantis; dezenas de jornais; até um castelo na Normandia; nove fazendas produtivas; indústria química; laboratório farmacêutico. Foi responsável pela primeira TV do Brasil: *TV Tupi*. É claro que Chateaubriand tem os méritos da genialidade, no que diz respeito à inovação, a abrir essa grande frente no País; agora, com o viés claro de um controle, de um



pensamento político, ele tinha opção e, então, manipulava esse patrimônio todo que tinha na comunicação para atingir os seus objetivos. Foi um antinacionalista convicto, que usou esses meios de comunicação a serviço do seu pensamento.

Este é o conceito de concentração da propriedade: concentração horizontal, quando o monopólio e o oligopólio estão dentro da mesma área ou setor, como, por exemplo, a TV aberta e a TV paga; concentração vertical, que consiste na integração das diferentes etapas de produção e distribuição. Um único grupo controla produção, veiculação, comercialização e distribuição. No caso da Globopar, o que se vê na televisão se escuta na rádio e vê na revista. Um faz a propaganda do outro. Trata-se de uma concentração gigantesca; concentração em propriedade cruzada, quando o mesmo grupo controla diferentes tipos de mídia; e monopólio em cruz, definido pela reprodução, em níveis local e regional, dos oligopólios de propriedade cruzada.

Quanto a isso, eu não concordo, trata-se de uma forma radicalizada de mostrar a que sociedade poderá chegar: *“Com o tempo, uma imprensa cínica, mercenária, demagógica e corrupta formará um público tão vil como ela mesma”*. Isso foi dito por um cidadão, no início do século XX.

(Não identificado) - Não estava em um bom dia, não!

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - *(Risos.)* Eu não concordo, mas demonstra a radicalização e a indignação que haviam no final do século XIX. Um húngaro fez esse tipo de afirmação.

Venício Lima, que é um dos nossos formuladores, um dos grandes teóricos da comunicação brasileira, professor da Universidade de Brasília, diz:

“O que está realmente em jogo quando se trata das relações entre mídia e política é o processo democrático. As distorções de poder provocadas pelo desequilíbrio histórico entre os sistemas privado, público e estatal (...); pela concentração da propriedade (...) e a vinculação dos grandes grupos de mídia com oligarquias políticas regionais e locais, são alguns dos problemas que impedem a democratização da nossa mídia”.



Bem, aí está o arcabouço legal de que eu já tinha falado, o art. 220, que defende aqui a liberdade de expressão:

“É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística. (...)”.

“Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”.

Isso aqui está na Constituição brasileira.

O art. 222:

“A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons (...) é privativa de brasileiros (...)”.

O que também é uma garantia importante.

Aqui está o Código Brasileiro de Telecomunicações, a Lei Geral das Telecomunicações, a lei da radiodifusão — isso tudo são leis de 1962, 1997, 1998, explicitando a necessidade de uma grande reformulação da legislação.

Outro tabu no Brasil... Ou melhor, há uma grande reação dos grandes meios de comunicação quando se fala em marco regulatório, em um órgão regulador, como se nós é que fossemos contra a liberdade de expressão, golpistas, censuradores, etc. Na verdade, não se entende por que uma atividade de negócio não pode ter um órgão regulador. Ora, há a ANA, a ANTAQ, a ANP, a ANAC, a ANATEL, e por que não há a ANACOM? Aliás, o próprio Fernando Henrique, em 1997, para poder garantir a reformulação da Constituição brasileira, a emenda à Constituição para privatizar o setor de telecomunicações, queria construir a ANACOM. No projeto de lei que ele mandou para o Congresso Nacional, uma parte era para privatizar as teles e outra para criar o órgão regulador. Passou a parte das teles, mas não passou a do órgão regulador da comunicação, mesmo com o Governo Fernando Henrique, para se ver o grau de radicalidade que tem esse debate na correlação de força real no Congresso Nacional e na sociedade. Os Estados Unidos, que se colocam como símbolo da liberdade, tem um órgão regulador desde 1934. O órgão regulador da comunicação no Brasil... Isso é no Reino Unido, na Espanha, em Portugal, e só no Brasil nós não temos um órgão regulador. É como se fosse contrário à liberdade de expressão, esse pessoal aí,



golpista. Fica-se, então, nessa guerra de comunicação contra algo que é necessário: um conselho nacional de regulação.

Aí há a discussão da internet, mas, como disse aqui o Ivan, por mais que se tenha... Uma vez eu ouvi o Ciro Gomes dizer, em um debate, que esse debate da democracia da comunicação era uma besteira nos tempos de hoje, modernos, em que a gente pode pegar o controle remoto, mudar e alterar... Aí, mais uma vez, coloca-se isso no plano individual, no plano da opção, quando esse é um debate de direito básico do cidadão. O indivíduo muda, para quê? Ele muda para a TV aberta para que comunicação? Para que canal de comunicação? Porque, quando se tem Internet, mesmo os mais ousados, as pessoas que se afirmaram com um público que conseguiram cativar pela potencialidade, inteligência e pensamento da sua produção, é muito desigual. Há que se ter dinheiro para fazer isto! Uma investigação jornalística de um blogueiro, de um jornalista, há que se ter dinheiro para fazer isso. Quer queira, quer não, há que ter financiamento. O *Pé na Rua* tem que ter dinheiro para fazer a produção; a rádio comunitária precisa ter o mínimo de recurso para viabilizar aquela produção de conteúdo, para poder viabilizar... Então, é uma inversão do argumento. Coloca-se o argumento como se fosse uma opção individual, quando esse é um direito público básico.

O Governo Federal investiu, em 2012, 161 milhões em propaganda oficial e, desse total, 111 se concentraram em apenas dez empresas, e a maioria nas TVs.

Esse foi o debate que a gente fez com Renato Rovai e outros na audiência pública.

Aqui, estão alguns eixos e propostas.

Como eu disse, basicamente estava na CONFECOM, e alguma outra coisa a gente inovou: combinação de venda de espaços publicitários e investimento direto do Estado; regulamentação dos critérios para distribuição de publicidade oficial; alteração da regra do FUST. Esses são alguns dos eixos, e nós ainda vamos ter que destrincha-los.

Há no FUST uma luta titânica — não é, Deputado Júlio Campos? Temos lá o Deputado Newton Lima, que foi Reitor da Universidade Federal de São Carlos e é membro da Comissão de Ciência e Tecnologia; a Deputada Luiza Erundina; e agora,



chegou à Comissão uma mulher, uma Deputada, que também foi reitora da universidade.

O Deputado Newton Lima abraçou essa questão do FUST, para que a gente desenterre esses 12 bilhões de reais do FUST e invista tanto em banda larga como na montagem de um sistema público de comunicação à altura do tamanho do nosso País, das nossas possibilidades, das nossas potencialidades.

Aliás, na *TV Pernambuco*, nós temos uma tradição grande, quer dizer, não falta conteúdo, não falta talento, não falta capacidade para ter um conteúdo que dispute um mercado. Basta dizer que nós fomos celeiros de formação de grandes quadros do País para o telejornalismo, para a dramaturgia. Pernambuco já foi isso através da *TV Pernambuco*.

Nós necessitamos que haja uma decisão política do Governo no sentido de tornar o nosso sistema nacional público de rádio e tevê pulsante, arrojado. Para isso, recursos da própria Lei Geral das Telecomunicações podem ser utilizados para criar esse sistema público forte.

Temos que ter a decisão política nesse sentido e que enfrente o debate de ideias. Como bem disse Marcelino, não basta ter dinheiro, é preciso debater, e, para isso, tem que ter um conselho nacional da comunicação. O caráter público do nosso sistema público passa pelas instâncias de decisão da sua linha editorial, do seu conteúdo, que precisa ser feito através de um conselho nacional democrático que represente a pluralidade de pensamento do nosso País. Para isso, é preciso ter esse sistema que leve em conta as decisões políticas do financiamento e do conteúdo, que se darão através de um fórum democrático.

Outros eixos e propostas: implantação da Política Nacional de Fomento à Produção Popular; Criação de Fundos Nacional e Estaduais da Comunicação Pública; criação de Fundo de Fomento a partir de contribuição das empresas concessionárias de rádio e TV; criação de lei de incentivo aos meios de comunicação alternativos; inclusão do financiamento para mídia alternativa no Programa Pró-Mídia do BNDES — todos nós sabemos que o BNDES e a PETROBRAS, no País, são os nossos órgãos de fomento que induziram o desenvolvimento nacional. De uma padaria a um estaleiro, tem dinheiro da PETROBRAS, do BNDES. Então, por que não um debate sobre isso para o



financiamento dessa atividade, que é também econômica, da comunicação brasileira? Inclusive, tivemos uma audiência na Comissão de Cultura com a Luciane do BNDES — o Roger estava lá. A nossa Deputada Jandira Feghali, Presidente da Comissão, imprensou a Luciane (*riso*) no sentido da cobrança da disponibilidade do BNDES para construir a linha de financiamento —; ampliação dos fundos setoriais de apoio e fomento de produção de conteúdo audiovisual independentes; e tarifas diferenciadas dos Correios para pequenas empresas de comunicação.

Por enquanto, foram essas as sugestões que a gente fez.

O Cristiano está se debruçando sobre os PLs — que são muitos, algumas dezenas de projetos de lei —, que tratam de distribuição de publicidade, de financiamento, para que a gente, agora, Deputado Júlio, consiga concluir os trabalhos da Comissão no final de julho.

Independentemente da proposição, nós queremos ir além da proposição legislativa; queremos ser porta-vozes de uma articulação política que envolva os órgãos dos Estados brasileiro no sentido de montar uma perspectiva para financiar um sistema público arrojado, à altura desse desafio de ter um sistema que minimamente cria as condições de a gente ter o espaço da produção e do pensamento do povo brasileiro, que é plural, expressado na TV, no rádio, nos meios que são necessários, que são os meios do sistema público que podemos viabilizar no Brasil.

Era isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Campos) - A partir de agora, nós teremos 30 minutos reservados para o debate, abertos a todos vocês que compareceram a esta audiência. As perguntas poderão ser formuladas à Mesa por escrito ou verbalmente, de acordo com o interesse de cada um dos que queiram participar deste debate.

Já há alguma pergunta por escrito aqui na Mesa? (*Pausa.*)

Tem S.Sa. a palavra. Peço que se identifique, por favor.

O SR. LUIZ CARLOS GURGEL - Eu gostaria de fazer uma pergunta e talvez até uma colocação. Eu sou o engenheiro Luiz Carlos Gurgel, Diretor da *TV Jornal*, TV aberta local; sou Diretor Regional da Sociedade Brasileira de Engenharia de



Televisão, aqui a representando. Naturalmente ela foi convidada, e estou aqui por isso. Eu queria fazer algumas colocações dentro desse espírito da democracia, do confronto das ideias.

Eu queria primeiramente me revelar. Espero que vocês não me apedrejem, pelo menos agora, deixem-me terminar. *(Risos.)* Eu sou uma pessoa que acredito no mercado, sou uma pessoa defensora das leis de mercado. Acho que o Estado precisa regulamentar e fiscalizar o mercado, senão vira selva, mas eu acho que, bem regulamentado e bem fiscalizado, o mercado tem produzido coisas muito interessantes em desenvolvimento no Brasil.

E, com respeito ao aspecto da produção — eu vou até divergir um pouco, mas foi o tema colocado aqui —, da própria produção audiovisual, eu entendo que existe um mecanismo que o Estado brasileiro, o Governo, mais precisamente o Governo brasileiro, bloqueou. Eu até entendo por que bloqueou, mas eu acho que é fugir da realidade tecnológica esse bloqueio. O que ele deveria fazer era regulamentar e não bloquear. Eu estou tratando aqui da multiprogramação.

O que é a multiprogramação? Acho que a maioria de vocês conhecem, mas, para quem não está familiarizado com o termo, é a possibilidade tecnológica de nós colocarmos mais de uma programação dentro de um mesmo canal de televisão. Isso é um dos ganhos da TV digital, já está sendo utilizado em muitos locais, por exemplo, São Paulo, Brasília, porque o Governo liberou que a multiprogramação poderia ser utilizada apenas para as emissoras ligadas ao próprio Governo Federal. Depois abriu aquela exceção de que as emissoras interessadas poderiam pleitear isso, inclusive foi concedida à *TV Cultura*, de São Paulo, que faz multiprogramação.

O que importa dizer, com relação às emissoras, é o seguinte: você tem um carro, que acabou de comprar, de investir, e esse carro permite carregar quatro pessoas, só que o Governo diz: *“Mas você só pode levar uma”*. Então, eu acho que o próprio Ministério, quando faz isso, contraria uma de suas obrigações básicas, que é otimizar o espectro de frequência. A gente sabe que frequência é uma coisa limitada, é da natureza, não dá se ampliar. Então, no Governo, uma das obrigações do Ministério é fazer desse uso do espectro de frequência o melhor possível; e, ao contrário, ele está impedindo que se use. No momento em que uma emissora pode colocar quatro programas, e ele deixa que só coloque um, há um trabalho contrário;



aparentemente é um trabalho contra a emissora, mas na verdade é contra o povo, porque ele vai impedir que cada emissora tenha disponíveis três programas novos para o telespectador.

Então, imagine uma cidade qualquer, o que é normal, uma Capital, que tenha oito emissoras — é uma hipótese. Se tiver oito emissoras, ela tem oito programas abertos, sem pagamento, que é a TV aberta nossa. Se ele permitisse a multiprogramação, em vez de oito, ele poderia ter quatro vezes oito. As pessoas poderiam ter a opção de 32 programas de televisão aberta sem pagamento algum.

Você disse: *“É, mas isso vai implicar numa maior concentração”*. Aquela história que a Luciana colocou é verdade. Quer dizer, as emissoras, a mídia brasileira está muito concentrada. Aí você diz: *“Estaríamos dando mais emissoras para as mesmas pessoas”*. Na realidade, isso já foi feito, quer dizer, a concessão já aconteceu. Teria que ter tido uma discussão anterior. Mas eu acho que não é ruim. Eu não sou contra. Defendo até que isso é uma coisa boa. O que o Governo teria que fazer? Não impedir que se fizesse multiprogramação. Ele deveria regulamentar: *“Você quer fazer multiprogramação? Você quer fazer um segundo, um terceiro, um quarto programa? Ótimo! Você faz dentro dessas condições”*.

Por exemplo, ele poderia lhe dizer o seguinte: *“Você faz multiprogramação, mas nos 40% ou nos 50% do tempo você vai ter que transmitir programas de terceiros; você terá que transmitir programas culturais; você terá que produzir programas educativos, ou você terá que ter noticiosos produzidos por terceiros”*. Aí você começaria a abrir realmente a opção para outras ideias serem divulgadas, e o Governo não teria custo algum com isso.

A multiprogramação, se liberada, traria um incentivo tão grande para o mercado — é por isso que eu disse no início que eu sou um defensor do mercado —, em que o mercado iria possibilitar uma demanda superacentuada, superacirrada, por quê? Porque nenhuma dessas emissoras — eu tenho mais de 30 anos que trabalho em televisão. Inclusive, sou um dos culpados ou, talvez, o maior culpado pela *TV Pernambuco*. (Riso.) Fui eu quem a coloquei no ar, não sei se vocês sabem, eu era um dos diretores do DETEL quando isso aconteceu. Mas isso é outra história —, caso tivesse a possibilidade de ter quatro programas simultaneamente — talvez a Rede Globo e o SBT tenham capacidade para produzir isso. A Rede Globo já



disse que não interessa produzir multiprogramação — e só produzisse um, teria que pegar de terceiros. Logo, vai-se gerar, estimular uma demanda de mercado incrível.

E eu vou até mais longe: o Governo poderia até guardar o seu dinheiro, porque o dinheiro do Governo sempre é pouco, para outras áreas: para a saúde, para a educação, para qualquer outro programa, como para o Bolsa Família. Ele não precisaria fazer incentivo financeiro algum para a produção audiovisual. Podia até acabar com a Lei Rouanet, lei de incentivo à produção audiovisual, tudo isso, porque o mercado seria suficiente para demandar. Na hora em que o mercado vai demandar, vão surgir meios que vão proporcionar isso. Porque eu sou comprador. O mercado passará a ser comprador de produções audiovisuais. Então, haverá produções.

Isso vai estimular não só a questão da produção, mas a formação de novos profissionais, a melhora de profissionais. Bastava que o Governo regulamentasse. Mas o Governo dá uma de avestruz: *“Não, é ruim, vai aumentar a concentração”*. Então, ele enfia a cabeça na areia e diz: *“Ninguém pode fazer”*.

Agora existe um investimento tecnológico disponível, pronto, instalado que se pode fazer isso, e ele não usa. Ele, Governo, deveria estabelecer as condições para se usar, e aí, sim, nós teríamos aumento muito grande na produção audiovisual.

Mas, infelizmente, há interesses — e aí eu vou mais longe — das próprias redes. A Rede Globo se manifesta contra. O SBT, sou afilhado do SBT e sei disso, também se manifesta contra a multiprogramação. Porque, ao contrário do que se pensa, a multiprogramação não é boa para as grandes redes; a multiprogramação vai fazer com que aumente as produções locais e não das grandes redes. A Rede Globo já disse que não quer, que é contra a multiprogramação, e o SBT, também; a Rede Bandeirantes e a Rede Record estão em cima do muro, não se manifestaram oficialmente sobre isso.

O que nós iríamos ter? Nós iríamos ter maior distribuição dessa questão da concentração. Trabalhar-se-ia contra a concentração, porque, se a Rede Globo hoje detém cerca de 50% a 55% do mercado de audiência, ela tem mais do dinheiro, mas, em termos de público, oscila entre 45% e 55%, isso há 10 anos, na hora em que se colocar aqui mais 10, ou mais 15, ou mais 20 canais de televisão, mesmo



que cada um desses canais tire um pontinho, dois pontinhos de audiência, vai diminuir a audiência dela. Vai tirar de quem tem. É por isso que ela é contra.

Então, vai-se realmente abrir um leque maior de opções para os telespectadores, vai-se desconcentrar esse aspecto da manipulação dos meios de comunicação. E eu diria até, Deputada Luciana, que há outro papel cultural envolvido nessa questão da multiprogramação, outro ganho cultural, que seria o seguinte: a formação das redes nacionais, que ocorreu lá nos anos 60.

Eu acho que foi uma coisa boa, porque, na hora em que se têm 110, 115 ou 120 emissoras dividindo o custo de produção, passa-se a ter um volume de dinheiro que possibilita às redes fazer uma produção de alta qualidade, o que não seria possível se nós tivéssemos apenas cinco emissoras, que é o que a legislação brasileira permite. Quem tem mais de cinco deu um jeitinho brasileiro para driblar isso, mas só poderiam ser cinco.

O que acontece? Em vez de cinco emissoras dividindo o custo ou de uma emissora isolada produzindo para si própria, na hora em que se têm 100, 110, 120 ou 130 emissoras dividindo esse custo, tem-se uma qualidade de produção maior, porque se têm mais recursos. É por isso que o Brasil tem umas das melhores televisões abertas do mundo em termos de qualidade — e quem diz isso não sou eu, são os americanos.

Mas como é que aconteceu isso? Como todo remédio, às vezes ele tem um efeito colateral. Nós tivemos um efeito colateral. Qual é a realidade que uma pessoa que mora em Exu, mora em Juazeiro do Norte — eu sou de Juazeiro do Norte, então vou dar o exemplo de lá —, mora em Carpina, ou mora em Araripina, que realidade vê na sua casa todo dia: é a realidade lá dos Jardins de São Paulo, de Copacabana, do Leblon. É uma realidade cultural de lá.

Quer dizer, nós somos uma espécie de colônia do ponto de vista cultural. Ou seja, há um colonialismo cultural que surgiu a partir da formação das grandes redes, fazendo com que desperecessem ou quase desaparecessem os valores culturais locais.

Na hora em que se permitir a multiprogramação e houver produções independentes locais de qualquer pessoa por um custo mais baixo, você vai passar a trabalhar contra. Eu não quero tirar a novela das oito e a novela das nove da Rede



Globo, não; eu quero apenas colocar outras opções também na televisão aberta, que ninguém precisa pagar. E isso o Governo está proibindo.

Eu acho que isso deveria ser analisado de forma menos temperamental, porque, quando se fala em multiprogramação, também surge uma discussão temperamental dentro do próprio Governo e dentro da própria sociedade.

Obrigado. *(Palmas.)*

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Campos) - Qual seria a melhor maneira?

O Ivan quer também debater este assunto?

O SR. IVAN MORAES FILHO - Sim, mas há outras pessoas inscritas. Não sei como é a metodologia. Como ela vai ser?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Campos) - Vamos fazer em bloco. Falam três pessoas, e aí a Mesa responde.

A SRA. PAULA DE ANDRADE - Meu comentário é mais no sentido de tentar refletir um pouco sobre as dificuldades desse contexto. Então, eu acho que é bom acrescentar que foi o Secretário do Ministro que colocou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Campos) - Identifique-se junto à Mesa, por favor.

A SRA. PAULA DE ANDRADE - Meu nome é Paula de Andrade. Eu integro um coletivo político-profissional chamado SOS Corpo e também o Fórum de Mulheres de Pernambuco.

Então, dentro do que foi colocado por todas as pessoas da Mesa em relação ao contexto, também é importante ressaltar que foi o próprio Secretário do Ministro que avisou para toda a sociedade civil que o Governo Dilma não faria, não encamparia, um projeto, por exemplo, do próprio Executivo para democratização da comunicação para um novo marco regulatório, porque não daria tempo até as eleições. Quer dizer, é frase do próprio Secretário.

É preciso que a gente coloque isso dentro do contexto para ver como esse contexto é adverso. Ou seja, a gente não está lidando com um cenário em que há alguma possibilidade de a Presidenta se manifestar de outra forma. Ela já se manifestou dessa forma. Daí inclusive o projeto de lei de iniciativa popular que Ivan



tanto ressaltou nesta Mesa. Quer dizer, é preciso haver uma grande mobilização e um projeto para que possamos, na sociedade, discutir amplamente os valores humanistas que Marcelino Granja citou. Temos que ampliar esse debate e discutir, porque é preciso democratizar.

Agora, há uma coisa que seria importante discutir do ponto de vista prático. Se pensarmos o financiamento aos Pontos de Cultura, vamos encontrar, no Brasil todo — não é preciso ir para muito longe, aqui em Recife —, vários Pontos de Cultura que têm sérias dificuldades de fazer prestação de contas, por exemplo, para receber um financiamento, porque há uma coisa chamada SICONV e outra chamada Nota Fiscal. Então, existem muitos grupos que têm muitas dificuldades de atender a burocracia desse financiamento público.

Se chegarmos hoje à Delegacia do MINC, vamos encontrar inúmeros grupos que estão com suas prestações de contas atrasadas não porque querem, mas porque não conseguem alcançar a modalidade de financiamento dentro da burocracia exigida, que é bastante transparente para a sociedade civil. Quer dizer, tudo que é para financiar a sociedade é milimétrico, chega a esse nível de detalhe para um grupo de maracatu, de ciranda, por exemplo.

Agora, quando é financiado o grande capital neste País, não temos a mesma transparência de informação, não é verdade? E muitas vezes ocorre a postergação de grandes dívidas de grandes empresários, de grandes empresas e conglomerados, e a sociedade brasileira não tem o mesmo grau de transparência para isso. Nós não temos, por exemplo, a taxação das grandes fortunas neste País.

Estou querendo problematizar isso inicialmente para dizer que, se estamos pensando em financiamento de mídia comunitária, popular e independente, precisamos também pensar como é que, na prática, vamos fazer com que esse dinheiro possa chegar realmente a esses grupos populares. Precisamos democratizar a forma como isso pode chegar, senão ficamos falando em orçamento, mas não falamos de execução. Quer dizer, no orçamento aparece, mas os grupos não conseguem acessar aquele recurso. Portanto, não haverá execução. Então, é preciso diferenciar isso. Eu não sou especialista no assunto, mas provavelmente o recurso do FUST está servindo para fazer superávit no Brasil.



Então, é muito fácil nós falarmos em orçamento, é muito fácil falar que existe o dinheiro, agora onde está sendo, de fato, executado? A Lei Maria da Penha é um exemplo. A senhora colocou aqui neste caderno a Lei Maria da Penha. Ela é um exemplo. Se formos ver o grau de contenção dos recursos que são, de fato, aplicados... O SUS está sendo sucateado também por causa disso, e a educação também. Quer dizer, eu não vou ficar aqui falando para todo o mundo que já sabe dos problemas que temos do ponto de vista da execução da política pública. Portanto, é preciso diferenciar orçamento de execução.

Eu queria, então, problematizar isso para que a Comissão pudesse refletir como democratizamos o acesso real. Eu considero que é importante o que o Sr. Gurgel ressaltou em relação à distribuição. Não basta apenas produzirmos o conteúdo independente, comunitário e popular. Precisamos distribuir esse conteúdo. E é bom que se coloque também que, no contexto, foi o “mercado” — entre aspas — que não quis a multiprogramação.

No Brasil, existe um sistema brasileiro para democratizar o sistema digital, seja de TV, seja de rádio. Existem estudos sobre isso, mas nós optamos pelo sistema japonês, que é muito mais restrito. Então, é preciso que se coloquem os pontos nos is para saber como, de fato, as coisas aconteceram neste País em relação à democratização da mídia digital.

Como ele próprio comentou, há grandes sistemas de radiodifusão que não estão interessados nisso, porque significaria abrir o espectro do ponto de vista da circulação da informação. E isso significa falar em distribuição.

E qual é o grande problema de quem trabalha com produção independente? Distribuir o seu conteúdo, fazer esse conteúdo circular, porque isso implica regionalizar a produção, democratizar mais informação, mais diversidade. Então, precisamos pensar, na prática, em como fazer com que esse recurso possa ser, de fato, acessado e democratizado, senão vamos chegar a um grau de burocracia, em que será preciso sempre criar inúmeros CNPJs até conseguir acessar aquele recurso. Então, se isso não for problematizado, vamos, digamos assim, ficar falando de uma situação que nunca vai ser real, nunca vai acontecer.



Então, eu acho que é importante pensarmos. Inclusive é bom pensarmos em pilotos, que possam servir até para outros Ministérios, para o próprio Ministério da Cultura em relação ao que está enfrentando em relação aos Pontos de Cultura.

O SR. LUIZ CARLOS GURGEL - O senhor me concede 30 segundos só para eu responder a ela, porque ela cometeu um equívoco?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Campos) - Sim.

O SR. LUIZ CARLOS GURGEL - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Campos) - Para não perder.

O SR. LUIZ CARLOS GURGEL - Para não perder o ponto, eu só queria colocar algo. Conforme já me apresentei, sou engenheiro de televisão da Sociedade, e falo aqui em nome da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão.

Na realidade, o sistema brasileiro de televisão digital é o sistema que melhor permite que se faça a multiprogramação e que se tenham mais programas, ao contrário do que me parece que foi colocado — pelo menos eu entendi assim.

A SRA. PAULA DE ANDRADE - Exatamente o que eu coloquei. E esse estudo aqui perdeu. A gente não ficou com o sistema brasileiro, que foi discutido...

O SR. LUIZ CARLOS GURGEL - Não, mas é o sistema brasileiro. Não, eu digo, oficialmente ele se chama hoje, o que foi adotado, Sistema Brasileiro de TV Digital.

Então, o Sistema Brasileiro de TV Digital, que é um derivativo do sistema japonês, quer dizer, o Brasil introduziu uma modificação tecnológica, inclusive colocando MPEG 4, é o sistema que melhor permite esse processo, tanto de captar TV em dispositivos móveis, o celular, ou algum outro do carro, quanto de permitir a multiprogramação de forma muito melhor do que o sistema americano e o sistema europeu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Campos) - Professor, nosso jornalista.

O SR. MARCELO MÁRIO DE MELO - Fica polêmico, mas...

Eu sou Marcelo Mário de Melo, sou jornalista e Assessor de Comunicação da Fundação Joaquim Nabuco. Eu não sou otimista com relação à questão da mídia, porque essa questão da democratização da mídia no Brasil está ligada à questão da terra, que é intocada no Brasil. A Lei de Terras predomina no Brasil desde 1850, e ninguém mexe na questão agrária no Brasil. Está ligada à questão da concentração



de renda no Brasil também, que é uma das piores do mundo. Está ligada à questão do peso do segmento militar na República brasileira, que vem desde o Império, passou pela Colônia, passou pela Velha República e permanece.

Então, existe a questão das bancadas. Há a bancada da mídia, a bancada ruralista, a bancada do agronegócio, esse consórcio com a bancada evangélica. É uma confraternização de interesses conservadores; não são coisas isoladas. Essas coisas se consorciam para defender o modelo de desenvolvimento. A prova que temos disso é o fato de aquele pequeno item da Constituição brasileira que estabelece o mínimo de regionalização de programa de televisão, desde a Constituição de 1988, até hoje não ser regulamentado, porque não permitem que seja regulamentado, os *lobbies* não permitem isso.

Então, eu não sou otimista porque, para mim, só se poderia reverter esse processo se houvesse uma mobilização da sociedade brasileira a partir das suas bases, o que eu não sinto que seja o modelo de ação da Esquerda atual, que eu acho que é predominantemente eleitoreira. Só se se mobilizar a base da sociedade. No modelo que nós temos de atuação política, somente de 2 em 2 anos nas eleições bienais da República, nós não avançamos. Então, não sou otimista.

Agora, acho que nós devemos acumular forças. Como o tema em pauta aqui é *Forma de financiamento de mídias alternativas*, eu acho que nós teríamos que encontrar caminhos que já foram encontrados na área das Leis de Incentivo à Cultura. Inicialmente havia a Lei de Incentivo à Cultura. A pessoa possuía um projeto cultural substancialmente interessante, mas não sabia fazer os procedimentos tecnocráticos. A área de cultura já chegou ao caminho: surgiram as produtoras, que são intermediárias, ganham a sua comissão e fazem os projetos.

Então, era necessário que houvesse um assessoramento para que as iniciativas de grupos comunitários artísticos pudessem chegar à ponta, sei lá, talvez inserir o SEBRAE nessa história, essa coisa toda. Porque existem projetos e produções de alto nível cultural, mas o pessoal não é muito capacitado para fazer o encaminhamento.

Na área de projetos culturais, especificamente de música, dança e etc., os caminhos já foram abertos. Na área de mídia, ainda não foram. Era preciso que o Governo entrasse para criar esse assessoramento, a fim de que as entidades



populares pudessem se beneficiar, porque os orçamentos nem são realizados por falta de conhecimento.

Agora, é claro que tem que haver as formalidades republicanas; para a prestação de contas tem que haver. Então, esse impasse tem que ser quebrado.

Eu gostaria de levantar o aspecto da dificuldade política que nós temos. O Governo já disse que não vai mudar. Houve um recuo ainda do Governo Lula, que não quis mexer. E o Governo de Dilma Rousseff não quer mexer na questão da democratização da mídia. Quanto à revogação da anistia, também já foi dado o recado: não muda. Pronto, vamos ficar, e não muda. A questão da terra não muda. Então, temos impulso, avançamos, mas esse avanço é limitado. Para se dar a virada de que o Secretário Marcelino falou no começo, teria que se mexer nesses pontos-chave, nessas questões essenciais, em que não se mexe há muito tempo no Brasil.

Eu identifiquei que não se mexe pela ação de um vírus que localizei. Todas às vezes eu falo desse vírus. É o CE6M3R: “Centro-Esquerda Moderada, com Medo dos Militares e da Mídia, dos Movimentos de Massa, dos Ruralistas e Religiosos Retrógrados”. A ação do CE6M3R leva à ousadia na moderação, e a ousadia na moderação só dá na mesmice melhorada. Nós avançamos, temos Bolsa Família, temos cota, temos muita coisa, mas não mexemos na terra, não mexemos na mídia, não mexemos no desnível de renda, não mexemos nos restos do militarismo na República brasileira. Temos a Escola Superior de Guerra com uma doutrina velha de segurança nacional. Temos a formação dos oficiais na velha doutrina e a ingerência nos colégios militares, com pouca ingerência no Ministério da Educação. Temos os mesmos comandantes militares de Lula — os oito são os mesmos de Dilma. E não foi por acaso que, quando o General Brilhante Ustra deu o seu depoimento, foi acompanhado por dois generais, dois dos quais ocuparam altos cargos como funcionários do Governo Lula, que disseram impropérios contra alguns Vereadores que estavam lá.

Então temos dificuldades na democracia brasileira. E essas coisas só se resolvem se mexermos na base da sociedade. Se formos discutir e elaborar projetos... Não é que eu esteja sendo pessimista, mas realista azedo. (*Risos.*) Então, vemos que há essas dificuldades globais.



Vejam a nossa representação. Nós elegemos Presidentes, Governadores e Prefeitos e sempre temos minoria na Câmara, nas Câmaras Municipais, nos Governos Estaduais, porque nosso sistema de representação política é defeituoso. O sistema é defeituoso, pois não fizemos a tal da reforma política ainda. Há esse impasse. A representação republicana brasileira não foi renovada ainda. Esse é o problema. Então, todos os grandes problemas chegam ao impasse porque o *lobby* está lá. A maneira como se elegem Parlamentares depende do poder econômico; eles se tornam a maioria e vetam. Eu me lembro de que, no segundo Governo Lula, no mês de abril, ainda não havia sido aprovado o Orçamento da União por causa do *lobby*.

Era isso que eu tinha a dizer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Campos) - Fechado o bloco de três debatedores, vamos para as respostas da Mesa. A Sra. Luciana quer responder. O Sr. Ivan falará primeiro; depois o professor e Secretário Marcelino

Com a palavra o Sr. Ivan Moraes Filho.

O SR. IVAN MORAES FILHO - Gurgel, que bom que você está aqui. Já participei de tantos debates com o Gurgel! Ele sabe que é uma das pessoas que mais respeito no mercado da radiodifusão pela honestidade com que se posiciona, pelo espírito republicano que sempre mostra. É sempre muito bom poder debater com uma pessoa como o Gurgel. Eu sempre tenho para mim que, no dia em que eu o convencer, já teremos andado bastante. E eu tenho para mim, Gurgel, que, a cada debate de que participamos, chegamos mais perto. Quando você começa a dizer que acredita no mercado, que acredita que um mercado bem regulamentado pode ser melhor para toda a população, embora eu não acredite tanto no mercado como você, estamos trazendo o mercado bem regulamentado para mais perto.

É fato que durante a discussão da TV digital, nós, da sociedade civil, perdemos. Nós debatemos várias vezes com o Gurgel sobre isso, e a ABERT e a ABRA, que capitaneavam as ações dos radiodifusores, ganharam o debate. Havia, naquele momento, mais de cem instituições de pesquisa no Brasil que desenvolviam um padrão realmente brasileiro. Mais de mil pesquisadores participavam, o pessoal do CPqD, do SIM, da Universidade da Paraíba. Pessoas no Brasil inteiro pesquisavam um padrão realmente brasileiro que poderia trazer uma possibilidade



de compressão para termos até oito canais. Isso era o que se dizia. E quando eu perguntava aos pesquisadores — já não sou eu mais, que não entendo nada disso —: *“Rapaz, nesse padrão japonês não dá para multiplicar?”* À época era muito mais difícil. Eles diziam: *“Rapaz, o Ministro está dizendo que dá, porque não é ele que vai fazer”*.

Mas a tecnologia progrediu e, mesmo dentro desse padrão que foi adotado, por meio do “Decreto Zidane”, aquele decreto que Lula assinou em 2006 enquanto estava todo o mundo prestando atenção na meia de Roberto Carlos e que diz o seguinte — isto, para mim, é a pior coisa do “Decreto Zidane”, nem é a escolha do sistema japonês, que até permite a multiprogramação —: que a concessão não é do canal, mas da banda. E ele dizia, naquele momento, que eu poderia multiplicar o canal por 20, mas quem controlaria seria o concessionário da banda. Não haveria possibilidade de outros atores entrarem naquele carro. E Gurgel usa a metáfora do carro que é muito feliz: um carro que poderia levar quatro pessoas, infelizmente, só leva uma. Esses carros circulam numa via em que só passam sete carros, e não há espaço para mais carros. Os carros não diminuiram.

Na verdade, Gurgel sabe também que tem sido a sociedade civil quem, ao longo dos anos, tem levantado a bandeira da multiprogramação. Ressalte-se que seria muito bacana que as TVs locais pudessem fazer também pressão na ABERT, na ABRA e nas associações empresariais, a fim de que eles também possam ser porta-vozes dos pequenos radiodifusores para que haja multiprogramação, pois ela é fundamental para que nós possamos ter mais atores funcionando. Está claro, uma multiprogramação dentro de uma perspectiva de regulamentação. Porque, honestamente, para mim, pouco importa se no carro vão poder ir quatro pessoas. Para mim, é muito mais importante saber que, dentro daquele carro, o dono ou aquela pessoa que dirige aquele carro tem a obrigação de dar carona para duas outras. É preciso haver mais canais para que haja mais pessoas falando — mas que seja garantida a presença de mais pessoas falando. Quanto a isso, eu acho que nós já não discordamos mais, Gurgel. Nós caminhamos nesse sentido.

É preciso prestar atenção nisso, principalmente quando conversamos sobre rádio, porque já está começando um processo de pesquisa para digitalização do rádio. A ABERT já anunciou que prefere o sistema IBOC, padrão norte-americano,



que, ao contrário de outros padrões, necessita de mais banda para funcionar. Então, prejudica não só a inserção de novos canais, mas os próprios proprietários que hoje já trabalham dentro da radiodifusão. E não só o pessoal de rádio comunitária, mas os pequenos radiodifusores locais vão ter muito mais dificuldade para trabalhar dentro do IBOC do que em outro sistema que poderia vir a começar. Mas a ABERT, que já está fazendo pesquisa na frente do Governo, quer levar a discussão para esse sistema norte-americano, do qual eu entendo muito pouco, mas os meus amigos pesquisadores já me disseram para ter cuidado com ele.

Então, considero bacana a questão da multiprogamação. Eu tenho certeza de que ninguém que representa uma entidade da sociedade civil que esteja envolvido especialmente na democratização da comunicação é contra a multiprogramação. Nós defendemos, desde que existimos, mais canais, mais pessoas, mais vozes, dentro de uma perspectiva de regulamentação para que nós possamos realmente utilizar os canais e não apenas o concessionário ter o poder exclusivo de decidir quem vai e quem não vai.

Por isso eu ainda não concordo 100% com o Gurgel quando ele diz que basta fazer a multiprogramação e aumentar o mercado que o mercado resolve. Eu acho que o mercado não resolve, porque faz parte da regulamentação fazer com que o mercado cumpra uma função que é pública. Isso o mercado jamais vai resolver. Eu acho que o mercado dos combustíveis jamais vai se autorregular. A gente jamais terá a ousadia de dizer que os donos de postos de gasolina vão regulamentar a qualidade do próprio combustível. A gente jamais vai dizer que as empresas de avião podem se reunir e regulamentar o mercado aéreo brasileiro. A gente jamais vai dizer, por exemplo, que as empresas alimentícias vão regulamentar os seus próprios produtos, porque não faz parte do jogo democrático que o mercado regulamente a si mesmo.

É preciso que a sociedade participe dessa regulamentação. O Estado é um ator que tem a obrigação de fazer esse meio de campo com o mercado, atendendo às perspectivas da sociedade. As empresas jamais vão ter a iniciativa de democratizar. Não faz parte da obrigação da corporação, porque não faz parte mesmo da obrigação de uma corporação fazer com que o seu produto cumpra uma função social de direito humano. Ela se adequa a isso. Jamais passará pela nossa



cabeça que os hospitais, mesmo os privados, vão-se autorregulamentar, porque isso abriria a perspectiva de uma pessoa com determinada doença ser atendida num hospital, e o cara dizer: *“Não, aqui é um hospital privado. Esse tipo de doença específica tem pouco mercado”*. A gente jamais vai conceber que as empresas de ônibus se autorregulem, porque, se isso existir, você vai dar margem para a empresa dizer: *“Motorista, se estiver na metade da viagem e houver pouco passageiro, pouca audiência, aquelas quatro pessoas que estão ainda no ônibus você não precisa levar até o destino final; largue-as em qualquer lugar e volte”*.

Mas é porque isso existe. Não é obrigação da empresa, enquanto pessoa jurídica comercial, que faz parte de um mercado que se pretende livre, não faz parte da obrigação da empresa garantir os direitos humanos. A empresa tem a obrigação de gerar lucro. É para isso que ela serve e para isso que ela deve sempre servir.

Eu não sou contra a existência das empresas que geram lucro. Eu apenas acho que elas precisam existir, como o Gurgel bem disse, em um processo de regulamentação para que, sim, cresçam, tenham lucro e gerem empregos dentro de um marco regulatório que garanta que aquilo que elas façam seja benéfico para toda a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Campos) - Prof. Marcelino.

O SR. MARCELINO GRANJA DE MENEZES - Bem, eu sou bem mais otimista do que o Marcelo. Mas o Marcelo é poeta, então, há dias que a veia está de um jeito, a veia está de outro jeito, poeta é poeta, pode se expressar como bem entender, e é sempre bem-vindo. *(Risos.)*

Já nós, aqui, na função de gestor, temos que ser mais cuidadosos. Mas, não é otimismo por causa da função de governo, não. Eu acho que, primeiro, é possível criar uma pauta em torno da democratização, de forma mais ampla. Acho que é para isso que nós estamos caminhando.

Parabéns ao movimento das entidades, à Câmara, através da Comissão, da Deputada Luciana e de outros Parlamentares que contribuíram para isso. Enfim, eu acho que vai se criando um ambiente em que é possível, daqui a pouco, termos as condições políticas de estarem reunidos vários projetos em que vocês vão trabalhar, juntar todos, enfim, criar as condições políticas de discutir um pacto político sobre a democratização dos meios de comunicação no Brasil.



E aí serão envolvidas várias ações. Quer dizer, a multiprogramação, a divisão das verbas de publicidade, tudo é democratização. Há impedimento da formação da propriedade de um mesmo grupo sobre diversas mídias, tudo é democratização. Então, o ambiente político vai se desanuviando e, apesar de todas as tensões, o aspecto ou o assunto democratização deve ganhar uma dimensão grande. Eu acho que por aí é o caminho.

Acho que, por outro lado, os movimentos populares que fazem parte desse movimento mais geral pela democratização dos meios de comunicação e alguns setores políticos da sociedade, representação parlamentar, política, governamental, tenho impressão que para esses daí cabe um esforço maior de buscar pautar a luta pela democratização por objetivos mais ousados, que foi esse que eu aqui citei, de vincular a questão da democratização dos meios de comunicação no Brasil à luta por um novo projeto nacional de desenvolvimento em que tenha como fito, como objetivo um novo padrão civilizacional para o Brasil.

E um novo padrão civilizacional significa requalificar e dar dimensão a aspectos da alma brasileira, que são contribuições para a humanidade que estão se perdendo por conta de certos problemas econômicos, sociais, políticos e culturais que o Brasil viveu nos últimos 20 anos.

Companheiros e companheiras, amigos e amigas, não foi brincadeira a década de 1980 e 1990. Ter trinta e tantos milhões de famílias ou mais desempregadas desestruturou parte substancial da sociedade brasileira, levou uma parte considerável das classes trabalhadoras para o mundo do subproletariado, do lumpemproletariado, com todas as consequências nefastas que isso pode dar.

E essa recuperação recente, que impropriamente o mercado — e aí é uma classificação puramente mercadológica, que eu acho ridícula, classe A, classe B, classe C, classe D... Meu pai é trabalhador, é aposentado como tratorista. Ele não é classe C. Ele não quer classe C, ele quer ser trabalhador, só isso que ele foi, e é, como vários parentes, amigos e companheiros nossos.

Nessa recuperação recente do emprego formal, com carteira assinada, ou mesmo atividade econômica que dá dignidade o cara pode passar a ser um cidadão exercendo alguns direitos que uma parte da sociedade tem, é apenas um passo, apenas um começo. Se isso não for calçado com valores estratégicos... E o



movimento pela democratização da mídia, o movimento popular pode, sim, ser mais ousado, Ivan, e ser pautado na sua luta por democratização, por objetivos mais ousados, civilizacionais mesmo.

De fato, Gurgel, não é problema de governo mesmo. É problema de Estado, de Nação, de consenso político a respeito do que nós queremos ser, de que Nação nós queremos ser. É por isso que o debate sobre a democratização dos meios de comunicação é tão radicalizado: porque se está tratando de valores, de ideias.

Marcelo, mais perigoso do que os ruralistas... Porque também se criou uma estigmatização de ruralista. Eu fico pensando nos meus parentes. Da parte da minha mãe, há uns pobres lá que são ruralistas. Pobres, não; não são pobres, não. São até meio ricos. São ruralistas, produtores rurais. Mas é uma estigmatização: quando vê ruralista, já bota logo nele aquele chapelão e uma pistola. Não é bem assim! O ruralismo no Brasil é diversificado demais. E o debate do Código Florestal foi um debate troncho que a sociedade brasileira fez, apesar do esforço positivo de Aldo para fazer o debate de alto nível que fez, como ele conseguiu fazer. E parte da comunidade científica reclama que não foi ouvida, porque não quis ir para o debate, porque tinha posição apriorística e preconceituosa contra os ruralistas, ou contra o que é ruralismo de maneira genérica. Então, há os latifundiários mesmo, há aqueles do mal mesmo, mas também há uma parte de pequenos e médios produtores rurais que garante que uma parte da sociedade brasileira funcione.

Mais más do que eles, Marcelo, estão hoje as nossas faculdades de Economia, o que está refletido, infelizmente, na mídia, Gurgel. As nossas faculdades de Economia viraram uma igreja do liberalismo. Igrejas do liberalismo são as nossas faculdades de Economia hoje. Não é palavra de Marcelino, não. É o Prof. Bresser Pereira que faz questão de dizer isso. Estou aqui reproduzindo o insuspeito Prof. Bresser Pereira.

Aí, nas vésperas da reunião do COPOM todo mês, ou a cada 2 meses, tudo o que é comentarista das nossas televisões faz uma campanha a serviço dos banqueiros para aumentar os juros, companheiros e companheiras. Como se se combatesse a inflação única e exclusivamente com o aumento nas taxas de juros. E as consequências disso? As consequências são: aumento do desemprego, endividamento público maior, restrições ao investimento — está certo? —, maior



lucratividade do capital financeiro, e não do capital produtivo. São consequências absolutamente nefastas, que fizeram com que o Brasil quase fosse à bancarrota no final da década de 1990, início de 2000, quando Lula ganhou as eleições. E fez com que a Europa esteja na bancarrota. Mas não é apurada nenhuma responsabilidade, não. Vai lá o COPOM, pressionado pela opinião pública, publicada, dos meios de comunicação, e aumenta em mais meio por cento os juros. Aí, no outro dia, não sei mais quantos milhões de desempregados. E ninguém tem responsabilidade sobre isso?

Então, o problema, Gurgel, não é de governo. É um problema da sociedade. E a democratização — não só a democratização em si — ajuda bastante a aflorar outras ideias, outras opiniões. Portanto, multiplicidade de meios, multiplicidade de propriedades, multiplicidade de instrumentos tecnológicos que possam permitir que os múltiplos conhecimentos da sociedade brasileira possam aflorar, para que a gente possa ter um debate mais qualificado a respeito dos rumos da Nação.

Senão, vão prevalecer, como ainda têm prevalecido sob certos aspectos — por exemplo, estou falando desse da política macroeconômica —, ideias que são de uma facção política da sociedade brasileira. É uma visão de mundo de determinada escola da Economia, que agora foi galgada ao posto de ciência, como se Economia fosse ciência exata, e não uma ciência política, como se não fosse possível combater a inflação com o aumento de investimento e o aumento da demanda.

Chegou-se a tal ponto que agora vocês estão ouvindo por aí nas nossas rádios e televisões comentaristas difundindo a tese de que o mercado de trabalho está aquecido. Vocês sabem qual é a consequência disso, não é? “*Ah, o mercado de trabalho está aquecido!*” Qual é a proposta? Que, para combater a inflação, é preciso aumentar o desemprego, companheiros, cinicamente. Cinicamente! Agora, é claro que esse cara não está desempregado e não está preocupado com o trabalhador que vai estar desempregado. E que achemos isso e não ficarmos indignados com um tipo de política, um tipo de defesa de um tipo de tese que joga milhões de brasileiros na miséria descaradamente? Ninguém se incomoda com isso? E é assim mesmo? Não dá!

Então, o problema da democratização dos meios de comunicação, repito, tem que estar para ser uma pauta que não conflagre a sociedade e não crie aqui uma



guerra civil. Quer dizer, a mediação política, porque é problema de ideias, é luta de poder, é luta de interesses, para que a gente possa, inclusive, ter uma parte do empresariado, o empresariado nacional produtivo, que tem interesse em baixa de juros, que tem interesse em uma proteção da soberania nacional, uma parte dos ruralistas. Grande parte dos ruralistas pode ser ganha por essa ideia, sim, senhor, desde que veja nisso a oportunidade de ser vista de forma diferente e de contribuir para o progresso do País. Aí está o desafio da política: ser capaz de unir a Nação brasileira em torno de um projeto de desenvolvimento pautado, repito, por mais soberania, mais democracia, mais direitos sociais para as grandes massas brasileiras e pela afirmação daquilo o que foi conquista civilizatória do Brasil para o resto da humanidade.

A alma de um povo é dinâmica. Ela muda também, para o bem ou para o mal. A culta Alemanha de Brecht, a Alemanha de Goethe — não é isso, mestre poeta? — , a nossa culta e poderosa Alemanha, que já foi sinônimo de civilização, foi também sinônimo de barbárie. A humanidade muda, os países mudam, os povos mudam, é dinâmico. E a luta de ideias e de valores é algo central. Por isso essa dificuldade de se criar consensos em torno do problema da democratização dos meios de comunicação, porque no fundo se está discutindo que ideias poderão vir a prevalecer no imaginário popular, no imaginário da alma da Nação brasileira.

Neste momento em que a gente tem a oportunidade de dar passos importantes no processo civilizatório brasileiro, acho que a gente deve retomar valores civilizatórios avançados, de caráter democrático, de caráter progressista, voltados para uma integração maior com a América Latina, de inserção soberana, de democracia e de direitos sociais de verdade para o povo. Esses valores devem conformar a nova Nação que a gente quer: uma Nação mais solidária. Isso implica novas ideias e pode ser o motor do movimento. O motor de um movimento com base nisso poderá ajudar a vanguardar...

Mas acho que ajudaria muito se, em plano nacional, tivéssemos um centro difusor disso, um centro ancorador disso, que poderia ser uma poderosa tevê pública, que não precisaria gastar muito dinheiro nem desviar dinheiro público, com recursos bem aplicados. Isso também está dizendo respeito ao interesse nacional e ao progresso do País. Um centro desses poderia ser um catalizador e um animador,



ao mesmo tempo, de interação do de cima com o de baixo, que ajudaria esse movimento pela democratização a plasmar a sociedade brasileira e, sem maiores choros e ranger de dentes, a gente conseguiria fazer uma reforma democrática nesse ambiente também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Campos) - O Secretário de Comunicação da Prefeitura de Olinda vai fazer a última intervenção. Em seguida, iremos encerrar, em virtude do adiantado da hora.

O SR. ÉLCIO GUIMARÃES - Eu quero registrar inicialmente, Deputada, a satisfação de fazer parte recentemente em São Paulo, promovido pelo Instituto Barão de Itararé, de um fórum de debates sobre a democratização da mídia, em que os trabalhos da Subcomissão de que a senhora participa e que têm sido destacados no Brasil inteiro foram alvos de diversas comunicações e de diversas citações, inclusive pela Luiza Erundina e todo o pessoal do Barão de Itararé.

No que diz respeito ao tema — e também quero lhe parabenizar por esta oportunidade —, às mídias alternativas, percebo a questão da Internet nesse eixo também como uma boa perspectiva de abrir várias frentes de intervenção para mobilização popular, cultura popular. Inclusive, no que diz respeito à questão informativa do jornalismo propriamente dito, que chegue à comunidade local, diferentemente da grande mídia, que pauta a informação pelos olhos que lhe interessam pautar. Eu achei interessantes alguns exemplos figurativos aqui, mas no meu carro só anda quem eu deixo entrar. Não é? Eu não vou andar no meu carro na companhia que não me interessa.

Então, eu acho que esta é a grande discussão mesmo, é a gente abrir essas portas para que entrem todos os agentes que formam a cultura brasileira, que formam a democracia brasileira.

Para enriquecer o debate, no que diz respeito ao trabalhador, por exemplo, a gente não encontra mais em nenhum jornal, seja falado, seja impresso, seja na própria televisão, espaço para o movimento dos trabalhadores. Por exemplo, nos jornais de circulação aqui de Pernambuco, a gente não tem mais nenhuma pauta que tenha as reivindicações sindicalistas. É claro que isso só vai ser pautado no momento em que interessar ser; como o Marcelino citou agora, o exemplo do viés da política econômica, recentemente propagado.



Então, no que diz respeito ao foco do trabalhador, eu acho que essa grande bandeira da democratização da mídia tem também um fundo — e a Deputada, quando Prefeita, falava, quando ia buscar recurso para a cidade carente de Olinda — que parece mais a linha do horizonte, quando mais você se aproxima, mais ela se afasta. Assim é o Fundo de Amparo ao Trabalhador, é um fundo com mais de alguns bilhões de reais, e a coisa mais difícil do mundo é o trabalhador acessar esses valores que estão ali postos para o seu bem. A contribuição que eu dou, para que a senhora possa analisar nesta temática, é como também pegar o viés de acessar o Fundo de Amparo ao Trabalhador, para fomentar a política de comunicação e a democratização da mídia através das mídias alternativas no Brasil. O sindicato está na ponta, está com um movimento que é importantíssimo para gerar demanda para a economia do Brasil, para a suficiência econômica do nosso País, e essa poderia ser uma linha de mais fácil acesso, talvez, do que outras que estão sendo abordadas aqui.

No que diz respeito à história, desde Prudente de Moraes, a senhora citou aí, que esse viés da comunicação, do ponto de vista editorial, vem sendo pautado da maneira que interessa aos grandes detentores de capital no nosso Brasil. Isso está no DNA de todas essas indústrias da telecomunicação e das comunicações brasileiras. Está no DNA. Aí eu percebo a revolução que a gente pode fazer através da democratização do acesso à informática. Informações recentes denotam, por exemplo, que a Coreia fez com que toda a sua rede educacional agora valide todos os instrumentos de educação na forma integrada da comunicação digital. Isso é uma revolução, do ponto de vista de uma decisão política que se toma por um Estado, você vai fazer toda uma integração em rede, através da gestão digital. Este é o veículo que acelera a comunicação e pauta o imediatismo da necessidade da população, para que os detentores do poder possam prestar mais a atenção.

Então, essa é a contribuição que eu queria dar para o que está na pauta do debate.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Campos) - Para as considerações finais, concedo a palavra à Deputada Relatora, Luciana Santos.



A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Bem, gente, eu só quero agradecer a presença de cada um e de cada uma de vocês, dizer que esta audiência, sem dúvida, foi muito profícua, a gente vai agregar muito ao nosso relatório, e apostar que esta nossa insistência e persistência vão valer a pena — eu não tenho a menor dúvida disso. Os exemplos mais recentes das vitórias do povo brasileiro revelam que, apesar de a gente ainda não ter um país democrático à altura das necessidades do povo brasileiro, continuamos marchando, percorrendo caminhos alvissareiros, de grandes possibilidades para o Brasil.

Muito obrigada e um bom trabalho a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Campos) - Concluída a fase de discussão, agradeço a presença de todos, em especial dos nossos debatedores: Dr. Marcelino e Prof. Ivan, bem como das autoridades aqui presentes e da imprensa alternativa.

Aguardaremos mais contribuições que podem ser enviadas diretamente à Comissão, à relatoria da Deputada Luciana Santos.

Um grande abraço, muito obrigado.

Está encerrada a reunião.